

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO 2018-2022
RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO 2024



FICHA TÉCNICA

RESPONSABILIDADE

Comissão de Acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P

Direção-Geral da Educação

Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

REDAÇÃO

La Salete Coelho e Joana Costa

ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELO APOIO AO PLANEAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA ENED 2018-2022

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP)

Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC)

Julho de 2025

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	3
1 – Introdução	5
2 – Análise de dados gerais	9
3 – Cobertura dos objetivos, medidas e ações	12
○ Cobertura global dos objetivos.....	12
○ Objetivo 1.....	14
○ Objetivo 2.....	16
○ Objetivo 3.....	18
○ Objetivo 4.....	21
○ Análise por projeto	22
4 – Análise dos indicadores por objetivo e por dimensão	24
○ Objetivo 1.....	25
○ Objetivo 2.....	33
○ Objetivo 3.....	39
○ Objetivo 4.....	42
5 – Conclusões.....	44
6 – ANEXOS	51
○ Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão	52
○ Termos de Referência do Relatório de Acompanhamento da ENED	55
○ Projetos de ED reportados	59
○ Dados relativos aos projetos aprovados na fase de candidatura de 2024, na linha de financiamento do CICL para projetos de ED	62

LISTA DE SIGLAS

ACM - Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

APA - Agência Portuguesa do Ambiente

APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural

ARPESE - Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação

ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental

CA - Comissão de Acompanhamento

CICL - Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P

CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

CNJ - Conselho Nacional da Juventude

CNU - Comissão Nacional da UNESCO

CPADA - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente

DGE - Direção-Geral da Educação

ED - Educação para o Desenvolvimento

ENED - Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

ESE - Escola Superior de Educação

GENE - Global Education Network Europe

IP - Instituição Pública

IPDJ - Instituto Português do Desporto e da Juventude

MAI – Mecanismo de Apoio a Iniciativas das Entidades Subscritoras do Plano de Ação da ENED

MT - Medidas transversais

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONGD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

OSC - Organização da Sociedade Civil

PA - Plano de Ação

PpDM – Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres

PPONGD - Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

Referencial de ED - Referencial de Educação para o Desenvolvimento - Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário

RICD - Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento

TdR - Termos de referência

UE - União Europeia

SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente Relatório de Acompanhamento faz parte do acompanhamento e monitorização da implementação do Plano de Ação (PA) da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022 (ENED 2018-2022), relativamente ao ano de 2024, analisando a cobertura dos objetivos, medidas e ações e bem como os indicadores gerais e específicos definidos.

Importa salientar que o ano de 2024 assume um caráter excecional, uma vez que o enquadramento estratégico inicialmente definido abrangia o período de 2018 a 2022, contemplando o PA compromissos das ESPA apenas para esse intervalo. Nesse contexto, para o ano 2024, foi realizado um exercício de planificação anual das ações planeadas pelas ESPA. Tal exercício permitiu estabelecer a correspondência entre os compromissos formalmente assumidos e o respetivo grau de implementação, cuja análise constitui objeto do presente relatório.

A exemplo dos anos antecedentes, o processo de recolha de dados foi realizado através de um instrumento *online*, elaborado de origem como previsto no PA. A sua unidade de recolha é a “ação”¹, em coerência com o documento enquadrador. Os dados gerais aqui tratados foram recolhidos em 642 respostas registadas por 38 instituições² e representam um total de 1203 ações reportadas. Os dados recolhidos são da responsabilidade das entidades que os reportaram.

Receberam-se respostas, reportando ou não dados, das três instituições constituintes da Comissão de Acompanhamento (CA) da ENED³, da própria CA enquanto órgão coletivo com responsabilidade na dinamização e implementação de ações⁴, das restantes 11 Entidades Subscritoras do Plano de Ação da ENED que têm vindo a contribuir para a execução da ENED 2018-2022, de 21 ONGD associadas da Plataforma Portuguesa das ONGD e de 8 Escolas Superiores de Educação associadas da ARIPESE.

No total das 1203 ações reportadas, 533 (44%) dizem respeito a ações inseridas em projetos de ED, 201 (17%) referem-se a ações inseridas noutro tipo de projetos e 469 ações (39%) são ações não inseridas em qualquer tipo de projeto. Neste âmbito, foi ainda possível identificar

¹ Por *ação* entende-se intervenções/iniciativas diversas em número singular.

² Incluindo a Comissão de Acompanhamento (CA).

³ Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (CICL), Direção-Geral da Educação (DGE) e Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (PPONGD). O Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC) desvinculou-se da CA em 2024, assim sendo, aparece listado como ONGD e os seus dados são tratados nessa qualidade.

⁴ No Plano de Ação desta Estratégia a CA assumiu compromissos e, portanto, também reporta enquanto tal.

a existência de 12 projetos de ED implementados pelas ESPA, 39 por ONGD associadas da PPONGD e 13 pelas ESE associadas da ARIPESE.

Na distribuição de ações por objetivo, verificou-se que 274 (23%) das ações reportadas correspondem ao objetivo 1 “Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED”; 764 (63%) dizem respeito ao objetivo 2 “Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED”; 155 (13%) correspondem ao objetivo 3 “Afirmar a importância e promover a transversalização da ED”; e 10 ações (1%) estão implicadas no objetivo 4 dedicado à “Consolidação de recursos adequados à intervenção em ED”. Relativamente às Medidas Transversais, não houve nenhuma ação prevista para o ano em análise.

A análise geral da cobertura dos objetivos permite verificar que todos os objetivos apresentam um nível de cobertura superior aos compromissos estabelecidos, à exceção do objetivo 4 com 9 ações aquém do previsto. O objetivo 2 volta a ser aquele que mais excede esses compromissos.

Foi ainda possível verificar que, em termos de número absolutos, foram realizadas mais 638 ações do que as previstas em PA, cujas metas globais estavam definidas em 565 ações.

O presente relatório apresenta, ainda, uma análise pormenorizada da informação recolhida de acordo com os indicadores específicos por objetivo e por dimensão, a saber, participação; sexo; territorial/geográfica; institucional; setor de atividade; temporal; disseminação e tipologia das ações.

Da análise de dados recolhidos retiraram-se conclusões que se apresentam igualmente no presente relatório.

1 – Introdução

O presente Relatório de Acompanhamento, relativo à implementação de ações no ano de 2024, é um documento que resulta da implementação de um “Sistema de acompanhamento”, consagrado na medida 4.2 do Plano de Ação (PA) da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022 (ENED 2018-2022). Este sistema de acompanhamento pretende ser uma forma de promover e acompanhar o desenvolvimento da ENED 2018-2022, nomeadamente monitorizar a implementação do seu PA, no qual se estipula a “elaboração e publicação de relatórios de acompanhamento da execução da ENED”.

Esta atribuição foi entregue a um secretariado (previsto na ação 3 da medida 4.1), através da celebração de um contrato-programa⁵ entre o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (CICL) e o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP), envolvendo ainda a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

Com este documento pretende-se, para além de fornecer informações que permitam obter uma perspetiva evolutiva da implementação da ENED 2018-2022, promover uma reflexão crítica sobre os resultados e partilhar conclusões entre os atores de ED envolvidos e o público em geral que tenham interesse na ENED, a nível local, regional e internacional.

Importa salientar que o ano de 2024 assume um caráter excecional, uma vez que o enquadramento estratégico inicialmente definido abrangia o período de 2018 a 2022, contemplando o PA compromissos das ESPA apenas para esse intervalo. Nesse contexto, para o ano 2024, foi realizado um exercício de planificação anual das ações planeadas pelas ESPA. Tal exercício permitiu estabelecer a correspondência entre os compromissos formalmente assumidos e o respetivo grau de implementação, cuja análise constitui objeto do presente relatório.

Como referido anteriormente, o principal objetivo do presente relatório é o de monitorizar a execução da ENED, no ano de 2024.

Este objetivo geral desdobra-se em diversos objetivos específicos:

- identificar as ações que estão a ser cobertas e as que não estão a ser cobertas pelas atividades em curso;
- reconhecer os principais atores que intervêm na área de ED em Portugal;

⁵ “Apoio ao planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022 e capacitação das entidades subscritoras do respetivo Plano de Ação e das instituições de ensino superior envolvidas na sua implementação”.

- identificar e caracterizar a dimensão das principais participações nas ações, nomeadamente quanto ao sexo;
- identificar as principais áreas geográficas onde se implementam as ações;
- identificar e caracterizar a dimensão institucional das principais ações;
- identificar os principais setores de atividades dos atores intervenientes;
- identificar as principais dimensões temporais das atividades em curso;
- identificar a dimensão da disseminação de recursos e conteúdos na área de ED;
- identificar as principais tipologias das ações;
- lançar as bases para a obtenção futura de uma perspetiva evolutiva da elaboração e implementação da nova ENED;
- refletir criticamente sobre os resultados, permitindo formular conclusões e recomendações.

Para além destes objetivos específicos que se pretendem alcançar, também se considera que o processo de elaboração dos relatórios anuais é sempre um passo importante para analisar o processo de planeamento, acompanhamento e monitorização da execução da ENED.

A recolha de dados do presente relatório foi realizada, de forma semelhante à do ano antecedente, através de um instrumento pensado e elaborado de origem, e implementado conforme as especificidades da ENED 2018-2022 e o seu Plano de Ação. Este instrumento de reporte de dados aloja-se numa “área reservada”⁶ (<https://areareservada.ened-portugal.pt/>) que se integra na estrutura da plataforma eletrónica desenvolvida, e já em funcionamento, que tem como propósito disseminar informação relativa à ED em Portugal (<https://ened-portugal.pt/>).

A análise dos dados recolhidos, que tem a *ação*⁷ como unidade de reporte, pretende responder às dimensões e indicadores gerais e específicos identificados para cada uma das ações no documento *Notas explicativas do Plano de Ação da ENED 2018-2022*⁸: participação; sexo; territorial/geográfica; institucional; setor de atividade; temporal; disseminação e tipologia das ações.

⁶ Na “área reservada”, dedicada a cada uma das entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED e das associadas identificadas por estas como promotoras de atividades no âmbito da mesma, é possível entrar no perfil individual, através do nome da entidade utilizadora e de uma palavra-passe, num espaço privado e adaptado aos compromissos das mesmas. Nesta área, cada entidade poderá efetuar, idealmente em momentos distintos, a planificação e o reporte das ações desenvolvidas no âmbito do Plano de Ação.

⁷ Entendendo-se por ação, intervenções/iniciativas diversas em número singular.

⁸ O documento *Notas Explicativas do Plano de Ação da ENED 2018-2022* encontra-se disponível em: <https://ened-portugal.pt/pt/notas-explicativas>

Assim, os dados aqui tratados foram recolhidos em 642 respostas registadas por 38 instituições representando um total de 1203 ações reportadas. O tratamento dos dados foi feito em dois momentos distintos:

- numa primeira fase, fez-se a análise das ações reportadas com vista a ter uma visão global sobre o grau de cumprimento dos compromissos assumidos pelas ESPA e suas associadas;
- numa segunda fase, analisaram-se os dados por objetivo, medida e ação, segundo as dimensões transversais e os indicadores específicos definidos no documento “Notas explicativas”, complementar ao PA.

Relativamente aos dados recolhidos importa salientar que se recolheram dados das três instituições constituintes da Comissão de Acompanhamento da ENED⁹ e das onze outras Entidades Subscritoras do Plano de Ação da ENED¹⁰ que têm vindo a contribuir para a execução da ENED 2018-2022.

No caso da PPONGD e da ARIPESE, foram ainda tidas em conta as suas associadas. Neste âmbito, foram contactadas 38 ONGD, que atuam na área da ED registadas na PPONGD, Entidade Subscritora do Plano de Ação, para que se possa ter uma visão mais completa do trabalho realizado na área da ED em Portugal, uma vez que estas são uma das grandes promotoras do trabalho nesta área.

Por indicação da PPONGD foram criados perfis para 38 ONGD, tendo sido possível recolher respostas de 21 organizações¹¹, representando 55% das entidades contactadas¹². No campo

⁹ O [Camões – Instituto da Cooperação e da Língua](#) (CICL), o Ministério da Educação, através da [Direção-Geral da Educação](#) (DGE) e a [Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento](#) (PPONGD). O Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC) desvinculou-se da CA em 2024, assim sendo, aparece listado como ONGD e os seus dados são tratados nessa qualidade.

¹⁰ [AIMA: Agência para a Integração Migrações e Asilo](#); [ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local](#); [APA - Agência Portuguesa do Ambiente](#); [APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural](#); [CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género](#); [CNJ - Conselho Nacional da Juventude](#); [CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente](#); [IPDJ - Instituto Português do Desporto e da Juventude](#); [PpDM – Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres](#), [RICD – Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento](#). Foram incluídos ainda os dados da Comissão de Acompanhamento (apesar de ser uma Comissão constituída por 3 ESPA, os seus dados serão tratados enquanto uma entidade individual uma vez que a CA assume compromissos específicos no Plano de Ação).

¹¹ [ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola](#); [ADRA - Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência](#); [AIDGLOBAL – Acção e Integração para o Desenvolvimento Global](#); [AMU - Cooperação e Solidariedade Lusófona por um Mundo Unido](#); [APDES - Agência Piaget para o Desenvolvimento](#); [ATLAS – People Like Us](#); [Cáritas Portuguesa](#); [CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral](#); [FEC - Fundação Fé e Cooperação](#); [Fundação Cidade de Lisboa](#); [Fundação Gonçalo da Silveira](#); [G.A.S. Porto - Grupo de Acção Social do Porto](#); [Graal](#); [ICE - Instituto das Comunidades Educativas](#); [IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr](#); [MONTE - Desenvolvimento Alentejo Central – ACE](#); [OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento](#); [PAR - Respostas Sociais](#); [Rosto Solidário - Associação de Desenvolvimento Social e Humano](#); [URBÁFRICA/UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa](#) e [VIDA - Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano](#).

¹² Cinco instituições (13%) informaram que não realizaram atividades de ED, dezasseis (42%) deram uma resposta positiva, submetendo os seus dados para tratamento e dezassete (45%) não responderam.

das ESE conseguimos estabelecer contacto com as 14 instituições associadas da ARIPESE, para as quais foi criado um perfil individual. Para o ano em análise, foi possível recolher respostas de 8 instituições¹³, representado 57% do universo contactado¹⁴.

No total, responderam aos contactos realizados no âmbito do processo de elaboração do relatório 44 das 68 entidades com perfis criados (as 3 entidades que compõem a CA, a própria CA que funciona como ator, como explicado anteriormente, 11 outras entidades subscritoras do PA da ENED 2018-2022, 21 ONGD e 8 ESE)¹⁵, o que representa um universo de 65% (mais 7% que em 2023) do total das entidades contactadas.

Apesar do conhecimento da existência de outras instituições que trabalham em ED, manteve-se a opção de contactar apenas as entidades que subscreveram o Protocolo de implementação do PA da ENED de forma a aferir o cumprimento dos seus compromissos.

Importa destacar o compromisso voluntário das ESPA, que desenvolveram e reportaram os dados de um conjunto de ações que contribuem para a concretização dos objetivos do Plano de Ação, mesmo na ausência de um enquadramento formal em vigor. Este compromisso evidencia o reconhecimento, por parte de cada uma das ESPA, da importância da continuidade do trabalho em ED e da ENED portuguesa.

¹³ [Instituto Politécnico de Beja](#); [Instituto Politécnico de Coimbra](#); [Instituto Politécnico da Guarda](#); [Instituto Politécnico de Leiria](#); [Instituto Politécnico de Portalegre](#); [Instituto Politécnico do Porto](#); [Instituto Politécnico de Setúbal](#) e [Instituto Politécnico de Viana do Castelo](#).

¹⁴ Uma instituição (7%) informou que não realizou atividades de ED, sete (50%) deram uma resposta positiva, submetendo os seus dados para tratamento e seis (43%) não responderam.

¹⁵ Para a lista completa dos participantes no relatório, ver Anexo 1 “Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão”.

2 – Análise de dados gerais

De uma análise dos dados globais e introdutórios, importa salientar, desde logo, a divisão da recolha dos dados por tipologia de instituições. É possível observar que, em relação a 2023, houve o aumento de 1 instituição que reportar dados perfazendo em 2024 um total de 38 instituições que reportaram, das quais 16 são públicas (42%) e 22 são não públicas e sem fins lucrativos (58%).

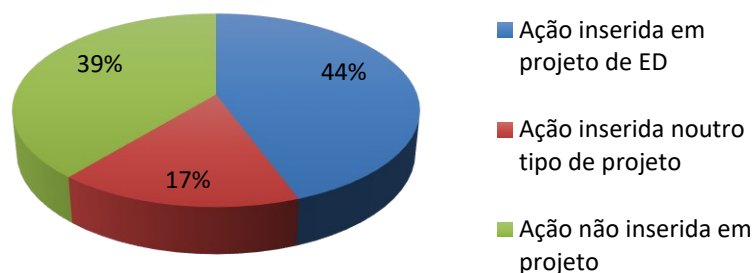
Tipologia da Instituição



Relativamente à organização dos dados pelas três tipologias de ação - ações inseridas em projeto de ED, ações inseridas noutro tipo de projetos e ações não inseridas em qualquer tipo de projeto -, verifica-se que, num total de 1203 ações reportadas, 533 (44%) dizem respeito a ações inseridas em projetos de ED, 201 (17%) referem-se a ações inseridas noutro tipo de projetos e 469 ações (39%) são ações não inseridas em qualquer projeto.

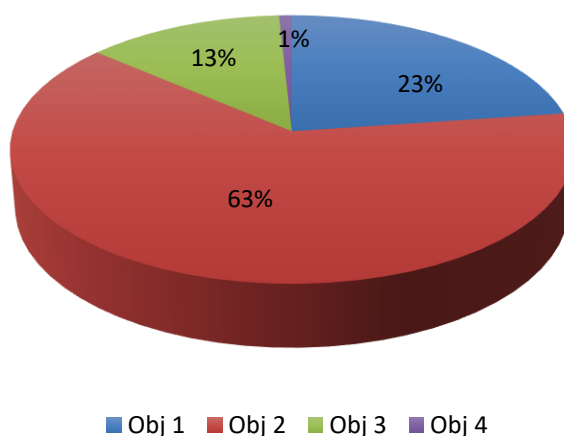
Em comparação com o ano anterior, observa-se em 2024 uma diminuição das ações inseridas no âmbito de projetos, quer de Educação para o Desenvolvimento (de 49% para 44%), quer de outros tipos de projetos (de 22% para 17%). Em contrapartida, registou-se um aumento expressivo das ações não inseridas em projeto (de 29% para 39%), evidenciando uma maior prevalência de iniciativas pontuais ou autónomas face ao período anterior.

Tipo de Ações



Quanto ao enquadramento das ações reportadas no objetivo do Plano de Ação para o qual estas respondem de forma mais direta, constata-se que 274 (23%) das ações reportadas correspondem ao objetivo 1 “Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED”; 764 (63%) dizem respeito ao objetivo 2 “Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED”; 155 (13%) correspondem ao objetivo 3 “Afirmar a importância e promover a transversalização da ED”; 10 ações (1%) estão implicadas no objetivo 4 dedicado à “Consolidar a implementação da ENED”¹⁶.

Ações por objetivo



No que concerne à quantidade de ações reportadas, manteve-se a opção tomada de alargar a recolha de dados a ações inicialmente não previstas, de modo a recolher o máximo de informações sobre as ações em ED em Portugal implementadas pelas ESPA e suas associadas. Foi ainda possível verificar que, em termos de número absolutos, foram realizadas mais 638 ações do que as previstas em PA, cujas metas globais estavam definidas em 565 ações.

Importa ter em atenção que, na análise comparativa entre 2023 e 2024, não é possível recorrer a valores absolutos, uma vez que o número de compromissos assumidos varia de ano para ano: em 2023 estavam previstas 1045 ações, enquanto em 2024, de forma inédita, não foi definido um Plano de Ação com compromissos assumidos.

¹⁶ Importa referir que estes números não devem ser comparados entre si, pois o número de ações estimadas em PA é variável conforme cada objetivo, a título de exemplo, ao passo que o objetivo 2 é o que mais metas têm a atingir, o objetivo 4 é o que tem menor número de ações estimadas. É de realçar também que as entidades intervenientes e participantes variam conforme os objetivos devido à sua especificidade, ou seja, diferentes tipos de organização têm diferentes responsabilidades e compromissos assumidos em cada objetivo.

De seguida realizar-se-á uma comparação entre as ações previstas e as ações efetivamente realizadas, o que permitirá uma leitura da cobertura de cada ação e consequentemente de cada um dos quatro objetivos que a ENED 2018-2022 se propôs alcançar para 2024.

A exemplo do ano transato, foram estabelecidos os Termos de Referência (TdR) que enquadram o que é esperado do presente relatório anual de acompanhamento da ENED. Estes encontram-se apresentados em anexo¹⁷, constituindo as linhas mestras deste relatório.

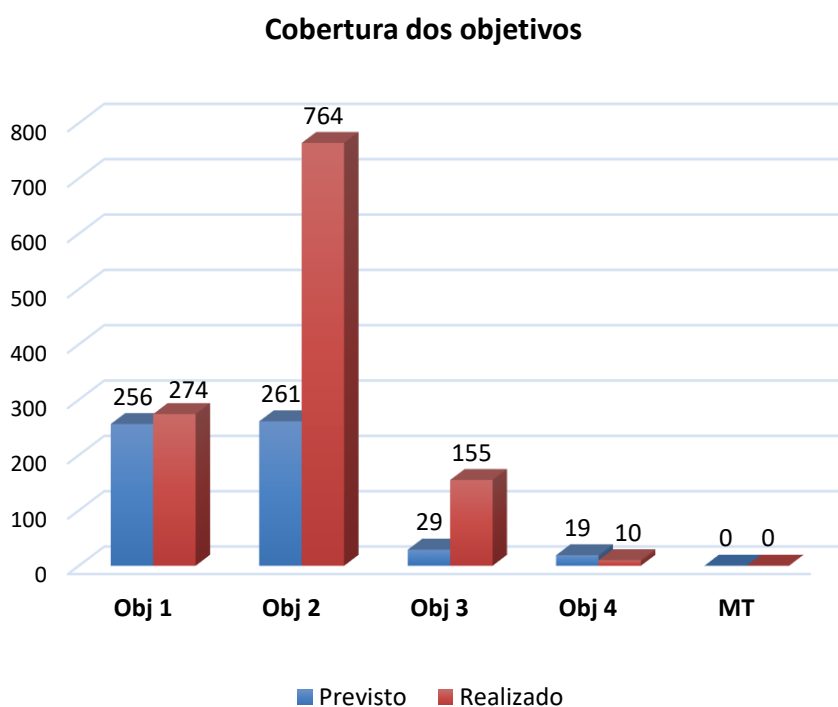
Verificou-se, mais uma vez, que o processo de elaboração do relatório anual - desde a implementação do instrumento de recolha de dados, ao contacto com as instituições, recolha, tratamento e interpretação de dados e redação final - permite um processo de aprendizagens conjuntas e que têm influência nas decisões tomadas e a tomar relativas à planificação anual e à implementação do Plano de Ação 2018-2022.

¹⁷ Anexo 2 “Termos de Referência do Relatório de Acompanhamento da ENED”.

3 – Cobertura dos objetivos, medidas e ações

○ Cobertura global dos objetivos

Inicia-se a análise da implementação da atual ENED por uma leitura dos dados globais, ao nível dos objetivos.



A observação do gráfico permite-nos perceber que:

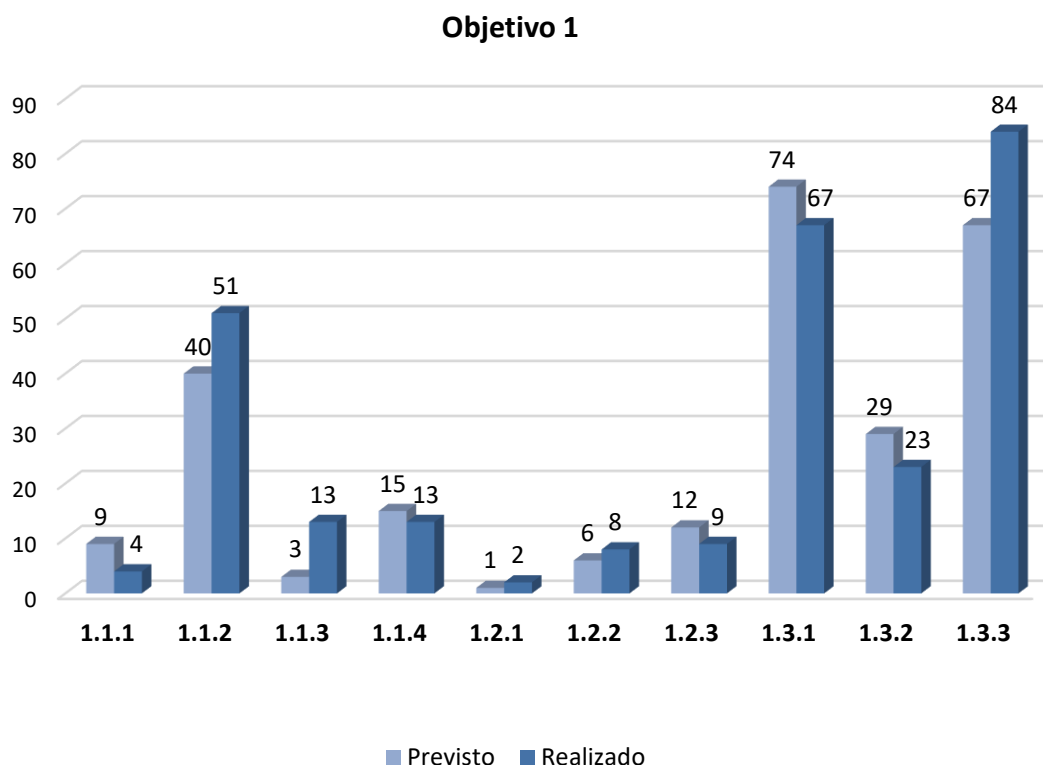
- os objetivos apresentam um nível de cobertura superior aos compromissos estabelecidos à exceção do objetivo 4 que ficou 9 ações aquém do previsto;
- os objetivos são bastante díspares no número de compromissos que pressupõem à partida, não permitindo qualquer tipo de comparação absoluta entre si;
- o objetivo 1, embora mantenha uma discrepância positiva entre as ações planeadas e as realizadas (mais 18 ações do que o previsto), regista uma diminuição no número de ações reportadas face ao ano anterior (350 ações em 2023);
- o objetivo 2 é aquele em que se verificam os maiores valores superiores ao previsto (503 ações), o que pode ser explicável pela natureza das medidas e ações que o compõem e com o número de atores que intervêm no seu cumprimento e implementação;

- o objetivo 3 regista 155 ações realizadas face a 29 previstas, o que corresponde a uma discrepância positiva de 126 ações, revelando uma execução bastante acima do planeado;
- o objetivo 4 apresenta 10 ações realizadas (9 a menos do que aquelas previstas em PA) no ano 2024.

Em seguida, apresenta-se uma análise pormenorizada de cada objetivo, respetivas medidas e ações, de forma a aferir o cumprimento dos compromissos assumidos no Plano de Ação da ENED.

○ Objetivo 1

Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de Educação para o Desenvolvimento

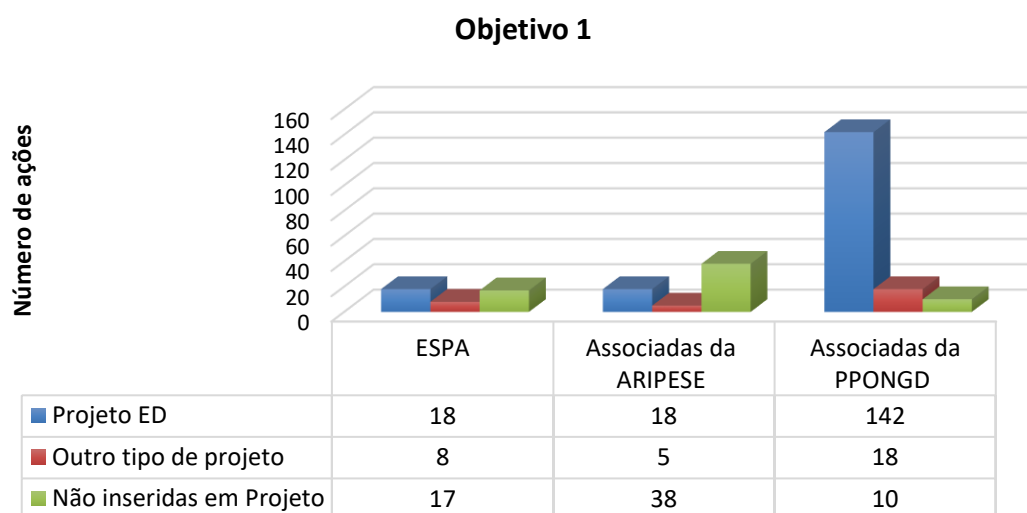


Como referido anteriormente, o objetivo 1 recolhe 274 (23%) ações reportadas, um número acima do previsto (estavam previstas 256).

A partir da análise do gráfico anterior, observa-se que, tal como no ano anterior, a medida 1.3 dedicada à *Produção de conteúdos e recursos*, composta por três ações (1.3.1, 1.3.2 e 1.3.3), continua a concentrar o maior número de ações reportadas dentro deste objetivo (67, 23 e 84 ações, respetivamente). Além disso, a ação 1.1.2 que se foca na “realização de ações de formação contínua de docentes de todos os níveis e ciclos de educação, ensino e formação, da educação pré-escolar ao ensino superior em matéria de ED”, mantém a tendência dos últimos anos, sendo uma das ações mais implementadas neste objetivo ultrapassando mesmo o número de ações previstas (51 ações).

A tendência das ações menos reportadas também se mantém este ano. A ação 1.1.1 e 1.1.3, ligadas à formação inicial, bem como as ações da medida 1.2 *Capacitação de organizações* ação são, à semelhança do ano anterior, as ações com um menor número de ações reportadas. De salientar o número de ações de formação inicial para agentes de educação não formal, ação 1.1.3, que ultrapassou as ações previstas.

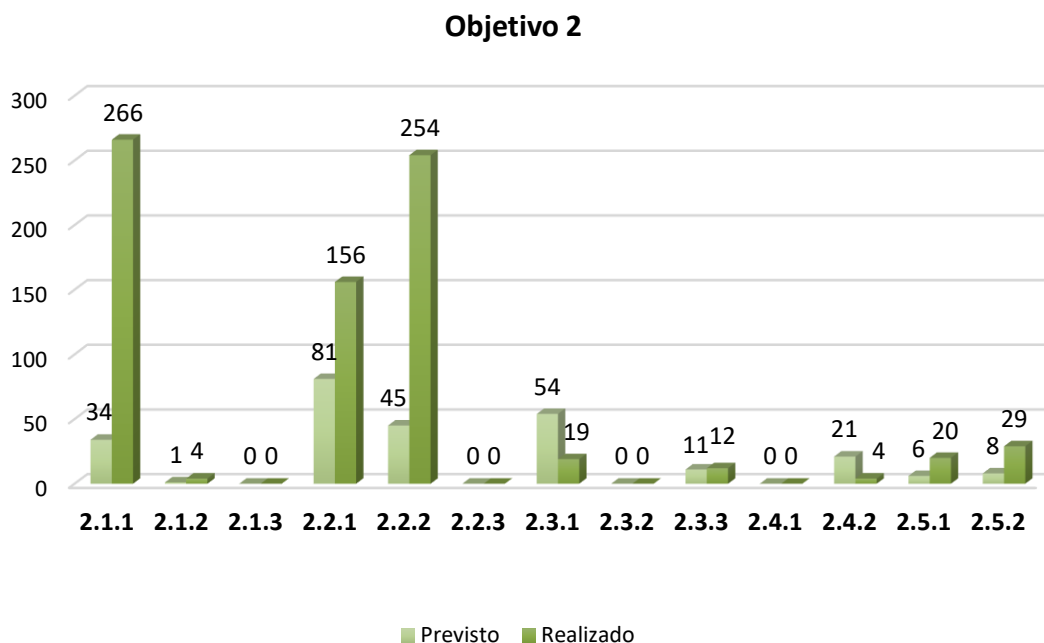
Apesar de, como explicado anteriormente, a unidade de reporte ser a *ação*, considera-se importante analisar os dados recolhidos quanto à sua integração ou não em projeto e em que tipo de projeto – ação inserida em projeto ED, ação inserida noutro tipo de projeto ou ação não inserida em projeto –, uma vez que permite observar como se relaciona o número de reportes preenchidos com os principais atores da sua implementação e perceber a existência de projetos em ED, implementados por entidades de diferentes naturezas.



Estes dados permitem perceber, para o objetivo 1, uma diminuição expressiva do número de projetos de ED reportados pelas ESPA (note-se que em 2024 não se verificou uma edição do Mecanismo de Financiamento para ações do PA da ENED promovidas pelas ESPA) mas um aumento significativo da existência de ações inseridas em projetos de ED, nomeadamente reportados por associadas da ARIPESE e da PPONGD. Estes dados permitem ainda evidenciar a manutenção do papel relevante das ONGD na implementação de projetos de ED nesta área.

○ Objetivo 2

Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED



Para o objetivo 2, foram reportadas 764 (63%) ações dedicadas a “Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED”, obtendo-se, desta forma, um saldo extremamente positivo face ao previsto (262). Apenas duas das ações tiveram valores abaixo do previsto (2.3.1 e 2.4.2), como veremos em seguida.

Relativamente à medida 2.1, “Reforço da integração da ED no sistema educativo”, há a assinalar os valores da ação 2.1.1, “promoção de projetos e outras iniciativas de integração da ED nos estabelecimentos de educação, ensino e formação” que, à semelhança dos anos anteriores, ultrapassaram de uma forma muito significativa - em 232 - os valores previstos. Estes dados excedentários devem-se ao facto de várias associadas das organizações de cúpula, especificamente da ARIPESE e PPONGD, superarem largamente os compromissos previstos. A ação 2.1.2, de realização de sessões de divulgação do Referencial de ED, também ultrapassou os valores previstos.

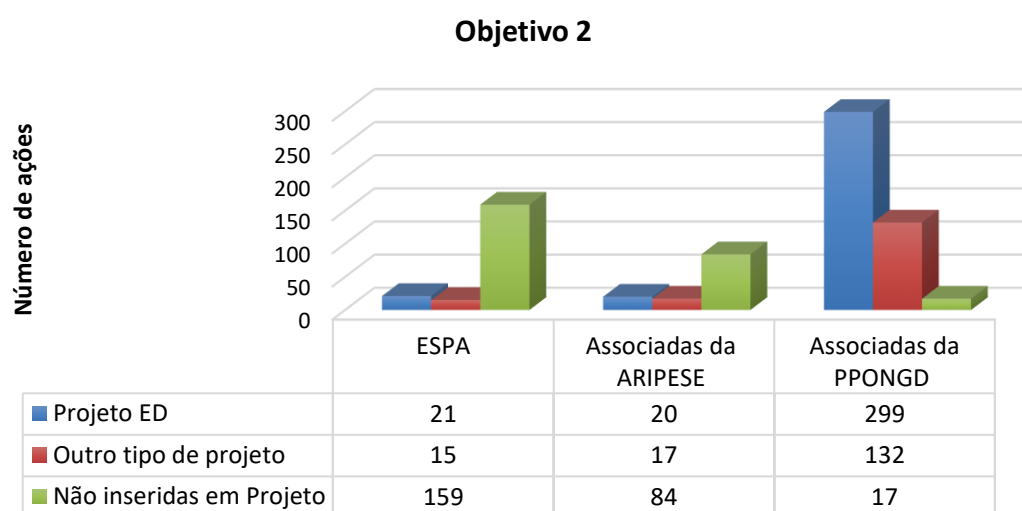
As ações relativas à medida 2.2, de “Fortalecimento da ED nos contextos de Educação Não Formal” dedicadas à realização de ações de sensibilização, consciencialização e mobilização para a importância da ED, quer por organizações de cúpula (2.2.1), quer por outras organizações (2.2.2) apresentam resultados bastante superiores ao previsto, sobretudo nesta última tipologia de ação (superada em 209 ações).

A medida 2.3 refere-se a ações de “Promoção de iniciativas de concertação para a melhoria das políticas” com titulares dos poderes políticos de diversos patamares nacionais (ação

2.3.1), com “membros nacionais dos órgãos políticos europeus” (ação 2.3.2) ou com “entidades com capacidade de concertação para a melhoria das políticas” (2.3.3). A ação 2.3.1 apresenta um nível de implementação inferior ao previsto, tornando este trabalho de concertação para a melhoria das políticas menos expressivo em 2024.

Relativamente à medida 2.4, que pressupõe o “Envolvimento dos meios de comunicação social”, importa salientar os valores inexistentes de iniciativas para a ação 2.4.1 e os valores significativamente deficitários da medida 2.4.2, “publicação de conteúdos sobre ED em meios de comunicação social internacional, nacional, regional e local, incluindo nas redes sociais”, o que torna esta medida de relação com os meios de comunicação social bastante frágil.

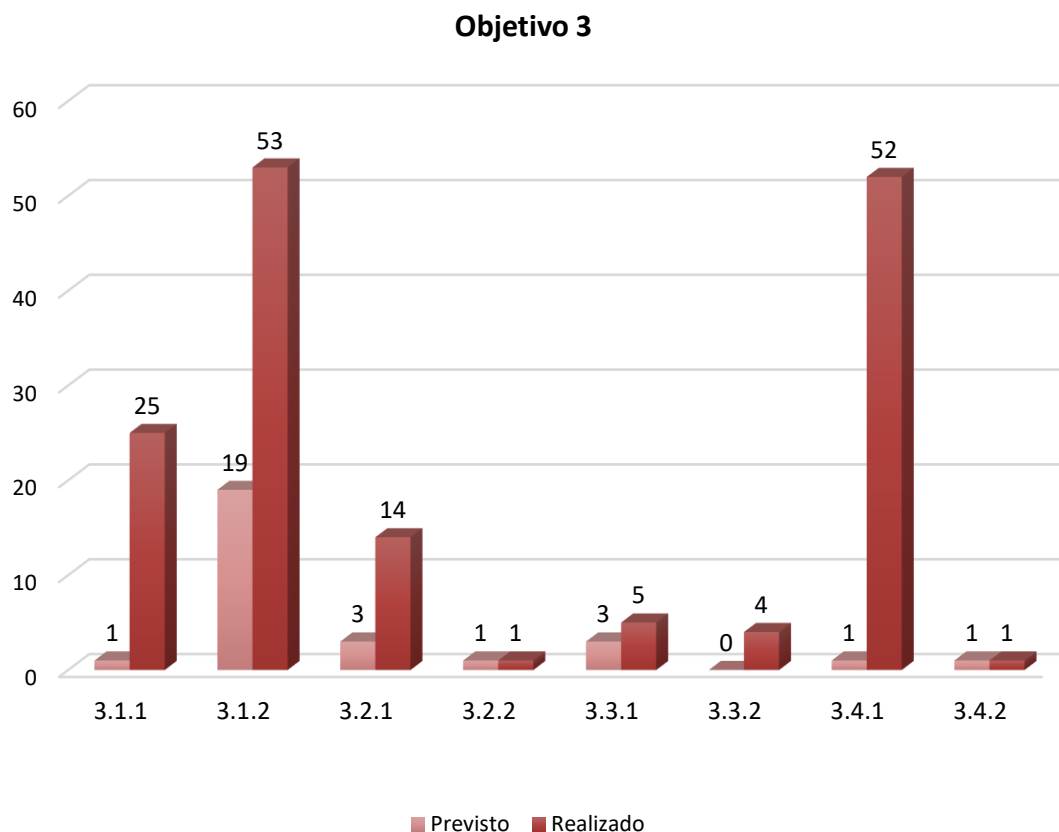
No que concerne à medida 2.5, dedicada à “Participação internacional”, foram reportadas, com valores excedentários, ambas as ações: a ação 2.5.1, que respeita à “participação em iniciativas de intercâmbio de experiências e conhecimentos fora de Portugal” apresentou mais 14 ações, o que é de realçar, e a ação 2.5.2, que diz respeito à “participação em iniciativas de intercâmbio de experiências e conhecimentos em Portugal, com participação de pessoas e organizações de outros países e organizações internacionais”, foi ultrapassada em 21 ações.



Quanto à sua integração ou não em projeto e em que tipo de projeto, podemos verificar que, relativamente ao objetivo 2, mantém-se a predominância das ONGD na implementação de projetos de ED, com valores mais expressivos em relação a projetos de ED do que em 2023. A tendência de diminuição da presença de ações inseridas em projetos de ED da responsabilidade das ESPA também se verificou neste objetivo. De realçar o valor de ações não inseridas em projetos reportadas por este ator.

○ Objetivo 3

Afirmar a importância e promover a transversalização da ED



No âmbito do objetivo 3, “Afirmar a importância e promover a transversalização da ED”, foram reportadas 155 (13%) ações, estando previstas 29. Constatou-se um valor excedentário no cumprimento de 6 das 8 tipologias de ação, não existindo nenhuma com valores deficitários.

Ambas as ações da medida 3.1, que prevê o “Reconhecimento formal da ED” em “documentos estratégicos e operacionais por parte de órgãos de soberania eletivos, do governo, das regiões autónomas e do poder local” (3.1.1) e, no mesmo tipo de documentos, “por parte de entidades públicas e da sociedade civil” (3.1.2), ultrapassam os valores previsto, por uma clara subvalorização na sua planificação. Os órgãos do poder local que reconhecem formalmente a ED nos seus documentos estratégicos e operacionais (3.1.1) referem-se aos 22 municípios pertencentes à Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento (RICD) que subscreveram o Plano de Ação das ENED 2018-2020¹⁸ mais três

¹⁸ Alfândega da Fé, Amadora, Cascais, Estarreja, Faro, Fundão, Grândola, Loures, Maia, Marinha Grande, Matosinhos, Miranda do Corvo, Moita, Odivelas, Oeiras, Ourém, Palmela, Seixal, Setúbal, Torres Vedras e Vila Nova de Poiares.

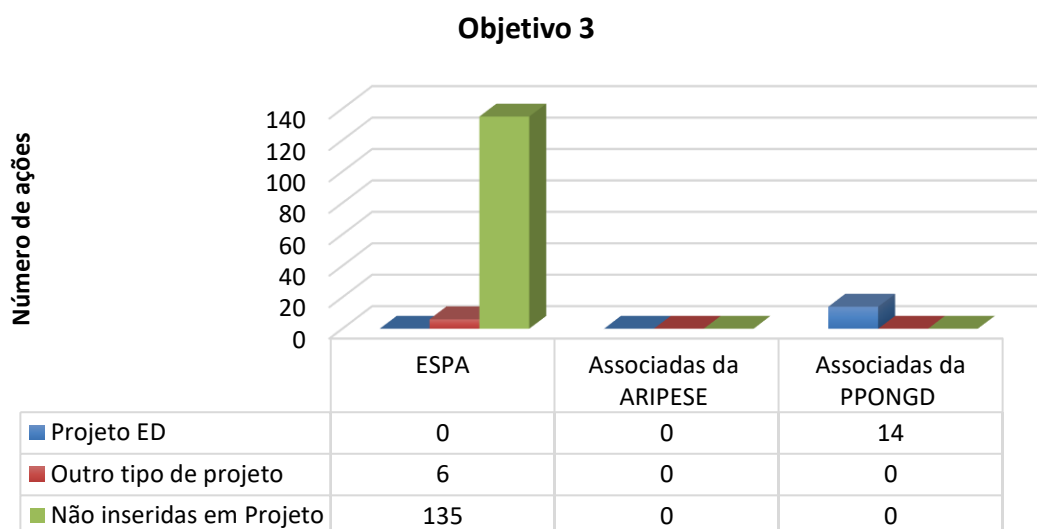
que não pertencem a esta rede. Os dados inseridos na ação 3.1.2 identificam as entidades subscritoras da ENED, que reconhecem formalmente a ED através da subscrição do Plano de Ação da ENED, e outras entidades (ONGD, por exemplo) que implementam projetos de ED apoiadas pelo Camões, I.P. e/ou pela Comissão Europeia.

Na medida 3.2, dedicada à “Articulação nacional na tomada de decisões”, excedem-se os compromissos da ação 3.2.1, dedicada à realização de reuniões com a presença de atores políticos e quadros diretivos das ESPA, e reporta-se uma ação, na tipologia 2, “inclusão do tema da ED em reuniões e documentos de estruturas de iniciativa governamental para a concertação entre atores no domínio da cooperação e noutros processos de concertação relevantes, designadamente no quadro da Agenda 2030”.

A medida 3.3, dedicada à “Articulação internacional na tomada de decisões”, registou, na tipologia de ação 3.3.1, serem executadas 5 reuniões, mais 2 do que as previstas, no âmbito do GENE, da Comissão Europeia e da Secretaria-Geral Ibero-Americana (Programa de Cidadania Global para o Desenvolvimento Sustentável). Na tipologia de ação 3.3.2, elaboração de documentos relacionados com as reuniões da ação anterior, que não tinha ações previstas, reportaram-se 4 ações.

Relativamente às ações decorridas no âmbito da medida 3.4, de “Mobilização de recursos adequados à intervenção”, importa salientar que se verificam mais 51 ações de mobilização de recursos afetos expressamente a ED (3.4.1), tendência excedentária verificável em todos os anos analisados na presente edição da ENED, e cumpriu-se a ação prevista de mobilização pelas ESPA de outros recursos para ED (3.4.2).

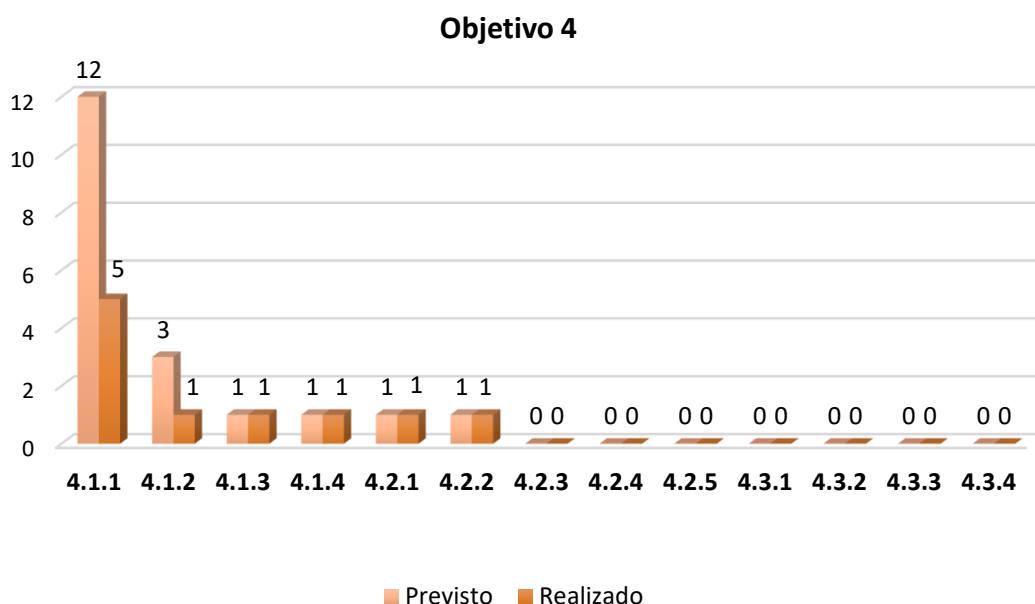
Quanto à sua integração ou não em projetos e em que tipo de projeto podemos verificar o seguinte:



No âmbito do objetivo 3 há a salientar a manutenção da predominância das ESPA enquanto responsáveis pela implementação de ações, o que é expectável dada a natureza das ações que o compõem, apesar de maioritariamente não inseridas em projeto. Importa valorizar, no entanto, o papel das associadas da PPONGD, com uma contribuição já significativa, sobretudo com ações inseridas em projeto de ED.

○ Objetivo 4

Consolidar a implementação da ENED



O objetivo 4 está direcionado para a “Consolidação da implementação da ENED” e apresentou um reporte de 10 (1%) ações, mantendo-se, dada a sua natureza, o objetivo que menos ações tinha previstas (19 ações).

No âmbito da medida 4.1, que prevê o “Modelo institucional” de funcionamento, verifica-se que: na ação 4.1.1, “realização de sessões de trabalho colaborativo da Comissão de Acompanhamento da ENED (CA)” e na ação 4.1.2 relativa a “realização de sessões de trabalho colaborativo das ESPA”, os valores de execução se revelaram inferiores ao previsto, uma vez que a 3.ª edição da ENED ainda não se encontrou em fase de implementação. As ações 4.1.3 (secretariado criado e em funcionamento) e 4.1.4 (partilha de informação-síntese relevante sobre a execução da ENED) foram cumpridas dentro do previsto.

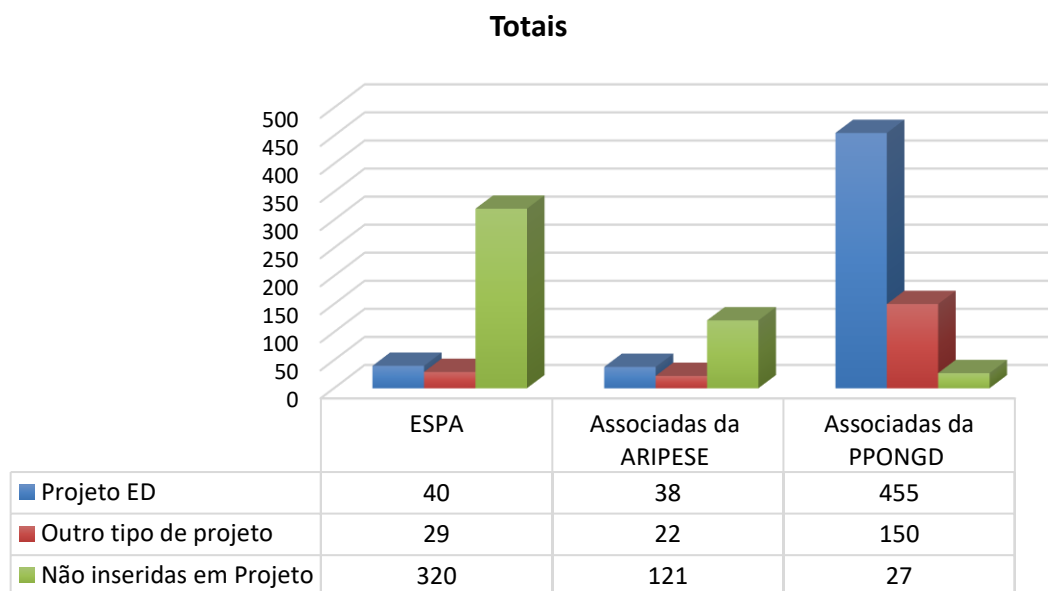
A medida 4.2 prevê o estabelecimento de um “Sistema de acompanhamento”. A ação 4.2.1, “elaboração e publicação relatórios de acompanhamento da execução da ENED”, é cumprida com a elaboração do presente relatório e esteve em funcionamento a plataforma de recolha e partilha de informações sobre a implementação da ENED - <http://www.ened-portugal.pt> (ação 4.2.2).

Para todas as outras as ações da medida 4.2 e da medida 4.3 (cultura de avaliação na ENED), não estavam previstas ações.

O objetivo 4, dado o seu carácter focado na criação e implementação de mecanismos e dispositivos que garantam o funcionamento da ENED, sendo um objetivo de natureza mais operacional, está apenas a cargo da CA e de outras ESPA e não obedece a uma lógica de ações inseridas em projeto.

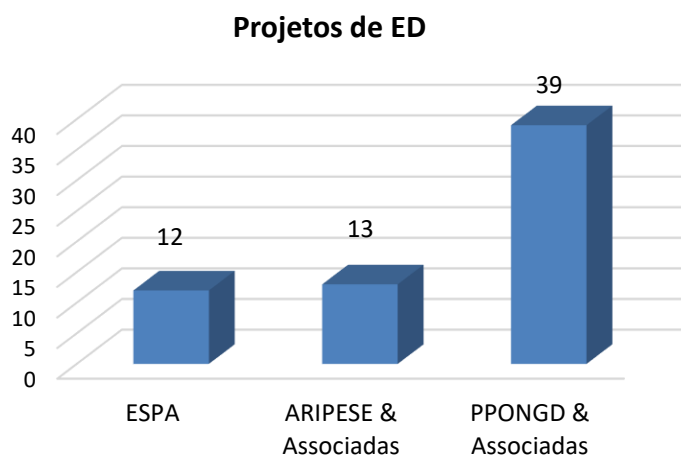
○ Análise por projeto

Uma vez que este documento estratégico está elaborado em termos de “ações”, poderia correr-se o risco de se perder informação relativa à existência de projetos de ED. Não relegando para segundo plano a existência de ações avulsas, considera-se fundamental ter uma ideia global do número de ações reportadas no âmbito de projetos de ED, as quais representam um número expressivo, como se pode ver no gráfico seguinte.



Como referido em relatórios anteriores, considera-se fundamental analisar a informação relativa a projetos organizados devido a várias assunções: de que estes conferem às atividades realizadas um tipo de enquadramento mais intencional e uma integração numa visão estruturada por parte dos atores implicados na sua implementação; são intervenções mais prolongadas no tempo, permitindo um maior nível de aprofundamento das temáticas, uma maior concertação das atividades e um envolvimento maior quer dos parceiros quer dos e das participantes; a existência de dispositivos de apoio financeiro à ED, dimensão contemplada pela ENED; e, por tudo isto, têm, potencialmente, um impacto diferente, seja em todos os atores envolvidos, seja no seu objetivo último de contribuir para a transformação social.

Identificam-se, assim, quantos e que projetos enquadram as ações reportadas enquanto tal¹⁹.



Após uma análise detalhada dos dados, foi possível identificar a existência de 39 projetos de ED implementados pela Plataforma das ONGD e suas associadas, 13 pelas associadas da ARIPESE e 12 pelas restantes ESPA, verificando-se um aumento significativo no valor dos projetos promovidos pela ARIPESE e suas associadas. As restantes ESPA apresentam o valor mais baixo, o que poderá ser motivado pela não abertura do Mecanismo de Financiamento para implementação da ENED por parte destas entidades.

Mantém-se a recomendação, já identificada em relatórios anteriores, de incluir em futuras sessões de capacitação sobre a 3.ª edição da ENED a discussão conjunta com vista a uma melhor definição do que é considerado, neste enquadramento, por projeto de ED.

¹⁹ Para mais informações sobre os projetos de ED reportados, consultar Anexo 4 “Apresentação dos projetos de ED reportados”.

4 – Análise dos indicadores por objetivo e por dimensão

Neste apartado, e a exemplo dos relatórios anteriores, proceder-se-á à análise dos dados de cada objetivo, aferindo os **indicadores gerais** que se encontram no Plano de Ação e os **indicadores específicos** para cada medida ou ação apresentados no documento “Notas Explicativas” que acompanha a ENED 2018-2022, bem como o seu Plano de Ação, e que respondem às dimensões identificadas anteriormente – participação; territorial/geográfica; institucional; sexo; setor de atividade; temporal; disseminação e tipologia das ações.

Segundo o documento supracitado, o objetivo desta análise é “qualificar e contextualizar a concretização de cada medida, no sentido de se obter informação que permita tirar conclusões do contributo das ações realizadas para a transformação da sociedade (...)” (Notas explicativas, p. 1).

Mantém-se a estrutura de análise por objetivo, já que os indicadores gerais e específicos não são idênticos para todos os objetivos e que a tipologia de ações em cada um dos objetivos é muito diversa. Desta forma fica mais clara a caracterização das ações decorrentes no âmbito de cada um.

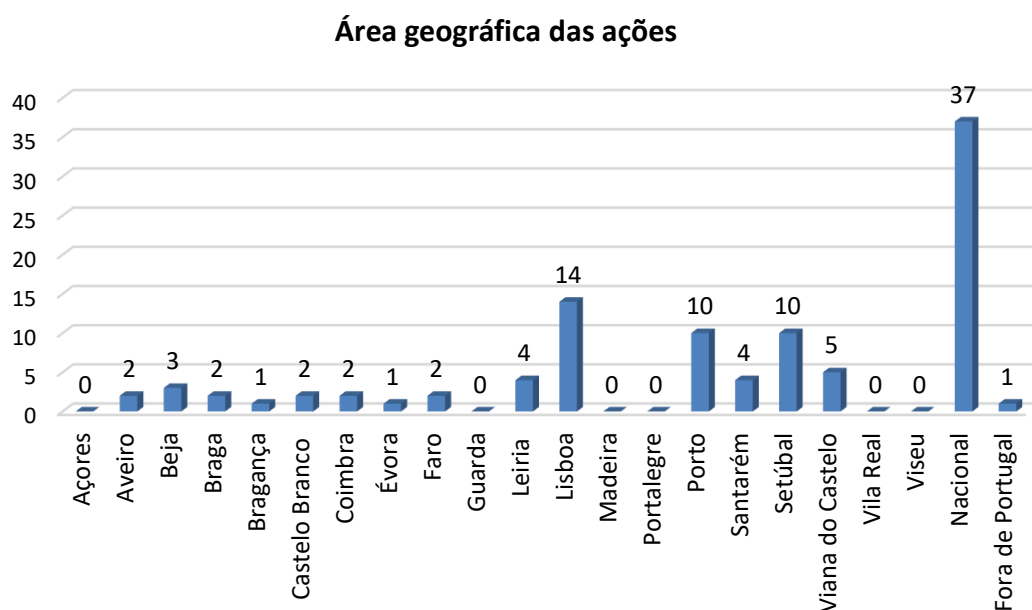
○ Objetivo 1

Como pudemos verificar anteriormente, no objetivo 1 “Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED” foi reportado um total de 274 ações.

Recorda-se que este objetivo é composto por 3 medidas:

- ✓ **Medida 1.1** – Formação de agentes educativos
- ✓ **Medida 1.2** – Capacitação de organizações
- ✓ **Medida 1.3** – Produção de conteúdos e recursos

No gráfico seguinte pode verificar-se a **distribuição geográfica** de 100 das 274 ações reportadas²⁰.

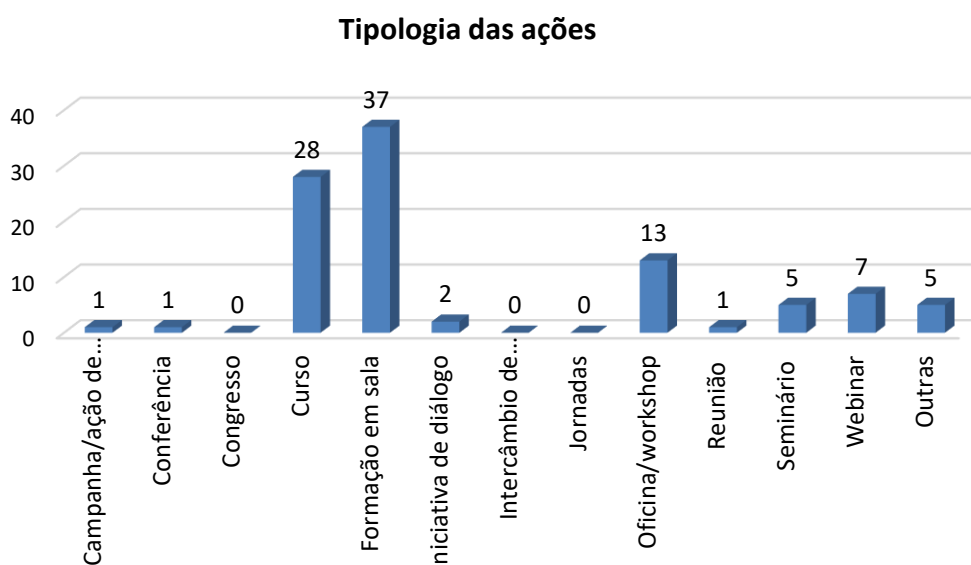


Lisboa mantém-se como o distrito com maior número de ações desenvolvidas, apesar de seguido pelo Porto e por Setúbal com valores muito próximos. A alguma distância, apresenta-se Viana Santarém (com 5 reportes). De salientar a expressividade do reporte de ações de carácter nacional (37 reporte) que tem ganho maior relevo a cada ano. Note-se que

²⁰ Dados recolhidos em todas as ações da medida 1.1 e 1.2.

surge um maior número de distritos sem ações reportadas para este objetivo (distritos da Guarda, de Portalegre, Vila Real e Viseu, e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira).

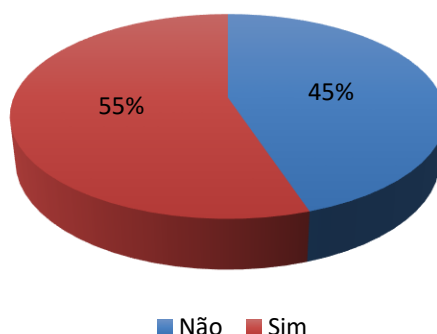
Relativamente à **tipologia** das ações desenvolvidas²¹, é de realçar a manutenção da preponderância dos formatos Formação em sala, Curso e Oficina/workshop. O número de menções à categoria “outras” é, para 2024, menos expressivo, apresentando referências como, por exemplo, “dinâmicas de grupo”, “práticas de educação” e “ação de curta duração”.



No que se refere especificamente à ação 1.1.2 “realização de ações de formação contínua de docentes de todos os níveis e ciclos de educação, ensino e formação, da educação pré-escolar ao ensino superior em matéria de ED”, foram reportadas um total de 51 ações das quais 27 (55%) são ações acreditadas por entidades competentes para o efeito e 22 (45%) são ações não acreditadas. É de salientar o aumento do número de ações reportadas e a relevância da acreditação.

²¹ Dados recolhidos nas ações 1.1.1; 1.1.2; 1.1.3; 1.2.3.

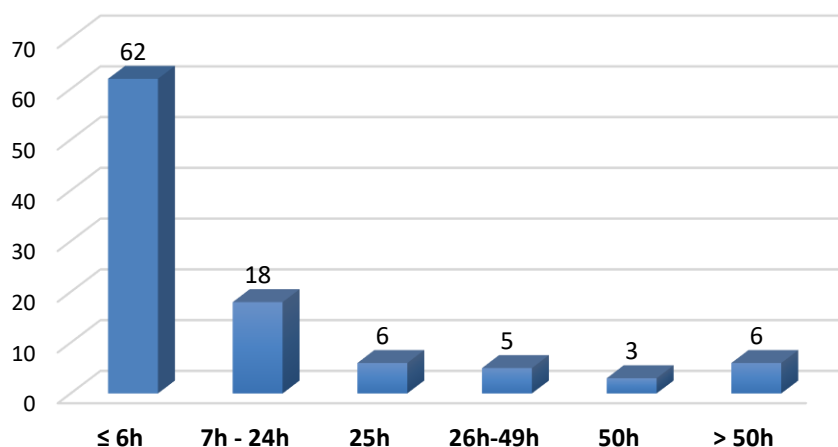
Ações acreditadas



Em relação ao número de ações certificadas²², indicador específico das ações 1.1.3 e 1.1.4, formação inicial e contínua de educadores/as e formadores/as de qualquer setor de atividade, verificou-se que 13 ações conferiram certificado e 12 não conferiram.

Estas ações desenvolvidas no objetivo 1 tiveram uma **duração** variável. Dos 100 reportes²³ que apresentaram dados para este indicador específico (e que se podem conferir no gráfico abaixo), salientamos que o número maior de ações teve uma duração igual ou menor a 6 horas (como verificado já nos anos anteriores), ou seja, de ações de curta duração. De referir, no entanto, que 20 ações têm 25 ou mais horas.

Duração das ações



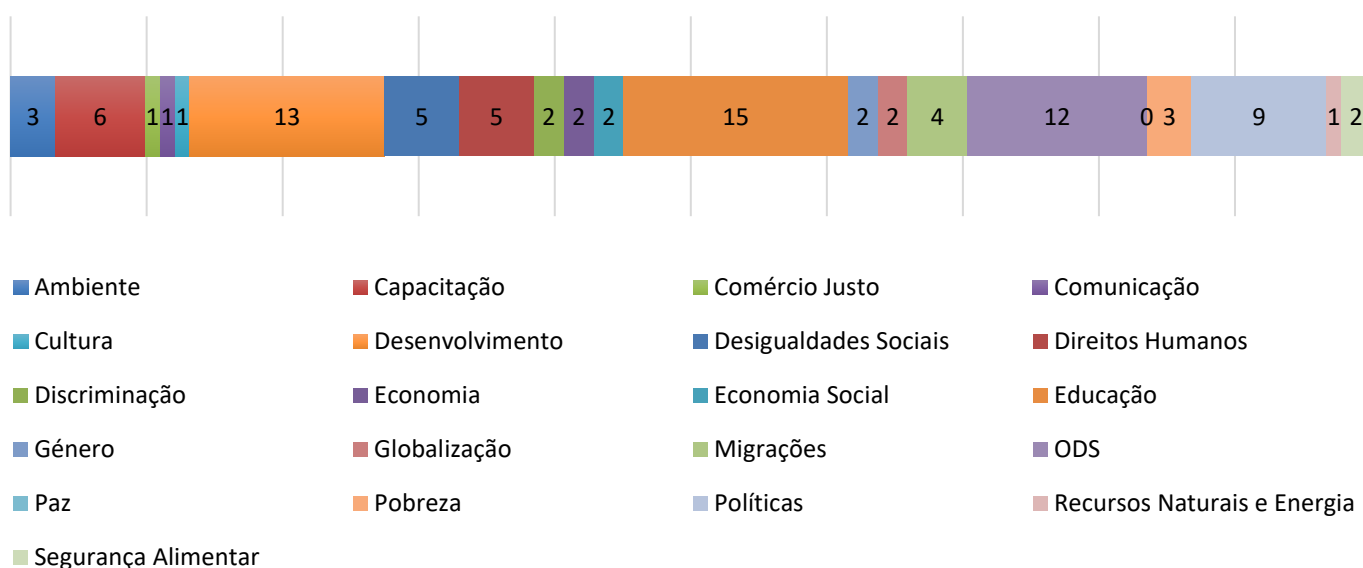
²² De acordo com o glossário que acompanha a ENED, “aquelas que respeitam um conjunto de requisitos e deveres que definem a qualidade da prestação do serviço de formação da entidade formadora, de acordo com a Portaria n.º 851/2010, de 6 de setembro, alterada e republicada pela Portaria n.º 208/2013, de 26 de junho, que regula o sistema de certificação inserida na política de qualidade dos serviços das entidades formadoras, gerido pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho e o regime supletivo de certificação regulada por legislação setorial, gerido por diversas entidades setoriais.”

²³ Dados recolhidos nas ações 1.1.1; 1.1.2; 1.1.3; 1.1.4; 1.2.3.

Em relação à medida 1.1.2, relativa à formação contínua de docentes, do total de 51 ações reportadas, 36 ações foram de curta duração. Foram ainda reportadas 5 ações entre 7 e 24h; 6 ações de 25h; 1 ação entre 26 e 49 horas; e 3 ações de 50 horas.

Quanto ao envolvimento das ESPA e suas associadas na organização das ações respeitantes à formação inicial e contínua de docentes, educadores/as e formadores/as, às ações de capacitação e à produção de recursos e conteúdos sobre ED²⁴, é possível aferir o envolvimento de 29, distribuídas pelos seguintes **setores de atividade**:

Setor de atividades das entidades organizadoras



Como referido em relatórios anteriores, e os dados que aqui se apresentam têm uma responsabilidade mista – alguns são das próprias entidades outros das autoras. Importa ainda salientar que cada entidade poderia escolher mais do que um setor de atividade, razão pela qual o número total de contributos não corresponde ao número total de entidades que reportaram nestas ações.

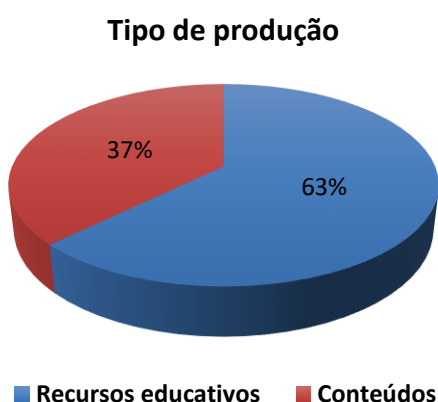
Da análise do gráfico verifica-se, à semelhança dos dados anteriores, a grande predominância de organizações ligadas ao trabalho sobre o Desenvolvimento, a Educação e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (as três com números acima dos 10), sendo seguidos pelo tema das Políticas (com 9 entidades identificadas).

²⁴ Dados recolhidos nas ações 1.1.1; 1.1.2; 1.1.3; 1.1.4; 1.2.3; 1.3.1.

Em relação à ação 1.2.1, “realização de ações de capacitação das ESPA”, foram reportadas duas ações, de formação de funcionários do CICL, no âmbito do Programa Ibero-Americano de Cidadania Global para o Desenvolvimento Sustentável.

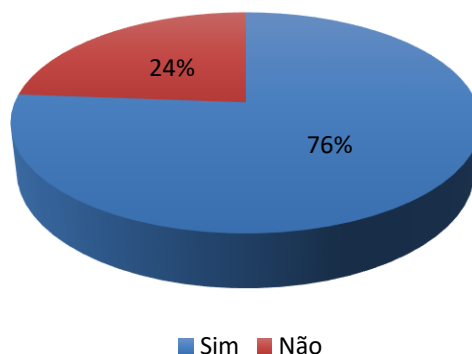
Na ação 1.2.2, “realização de ações de capacitação de entidades associadas/parceiras/membros das ESPA”, foram comunicadas 8 ações, com 16 entidades participantes (ONGA, municípios e outras autoridades locais e docentes de ESE), e na ação 1.2.3, de capacitação de outras entidades, foram identificadas 9 ações, com 3 entidades participantes (GNR, exército e uma escola em Leiria).

Importa, de seguida, aprofundar a medida 1.3, sobre a “Produção de conteúdos e recursos”, uma vez que para as ações que a constituem foram solicitados indicadores específicos. No âmbito da ação 1.3.1 desta medida, surge pela primeira vez um maior número de recursos educativos produzidos do que de conteúdos, em termos de **tipos de produção**, uma vez que 37% se referem a conteúdos (25) e 63% a recursos educativos (42), ambos sobre ED.



Relativamente à “produção de conteúdos científicos sobre ED” (ação 1.3.2), verifica-se um total de 23 reportes (uma diminuição face aos 33 de 2023). Por ordem de grandeza, referem-se os outros conteúdos científicos (10), com a indicação de comunicações e posters; 7 projetos de investigação sobre ED; 5 artigos e livros científicos; e 1 tese de doutoramento/dissertação de mestrado defendida.

De referir que 76% destes conteúdos científicos foram produzidos em **coautoria**, o que mantém a tendência de uma maior colaboração na elaboração de conteúdos sobre ED. Dos dados recolhidos, é possível ir mais além e identificar que, destes, 7 foram produzidos entre académicos, 8 entre académicos e não académicos e 1 entre não académicos.

Coautoria na produção

Foi ainda questionado qual o número de conteúdos publicados com **revisão por pares**, sendo que foram identificados 5 livros e artigos científicos com esta prática.

Continuando no âmbito da medida 1.3, a ação 1.3.3 foca a “disseminação de conteúdos e recursos produzidos no âmbito desta medida”. Através dela, verificamos que foram disponibilizados e disseminados 41 recursos educativos e 23 conteúdos; 5 artigos e livros científicos; 5 projetos de investigação e 10 outros conteúdos científicos já anteriormente discriminados.

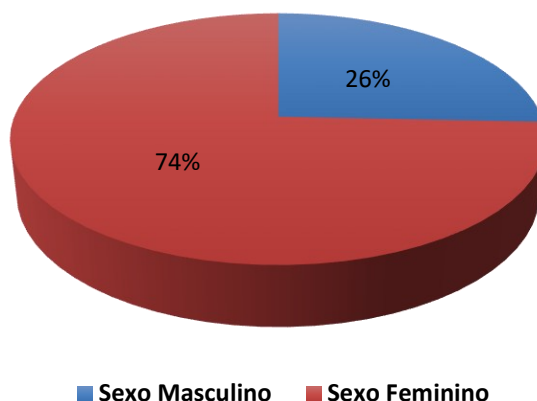
Relativamente ao meio de **disseminação** dos conteúdos e recursos foram reportados mais dados do que nos anos anteriores. Assim, foi possível contabilizar 1501 divulgações (de 3 ações) através de canais de comunicação social convencional (nomeadamente o jornal) e 11.805 (165 para 2023, 977 para 2022, 3.574 para 2021) por canais da comunicação social digital. Foram identificadas 11.328 disponibilizações em *Websites*, sobre 39 ações; 66 através do *Instagram*, sobre 18 ações; 30 através do *Facebook*, sobre 10 ações; e 381 em *outros*, sem indicação específica de que meio tenha sido, sobre 12 ações.

Uma das dimensões transversais de análise é a da **participação**²⁵. Nos dados relativos às medidas 1.1 e 1.2, foi possível apurar a participação de 9007 pessoas.

Os dados permitiram identificar o **sexo** de 1945 participantes, de acordo com o gráfico abaixo, com uma clara predominância de elementos do sexo feminino (1445).

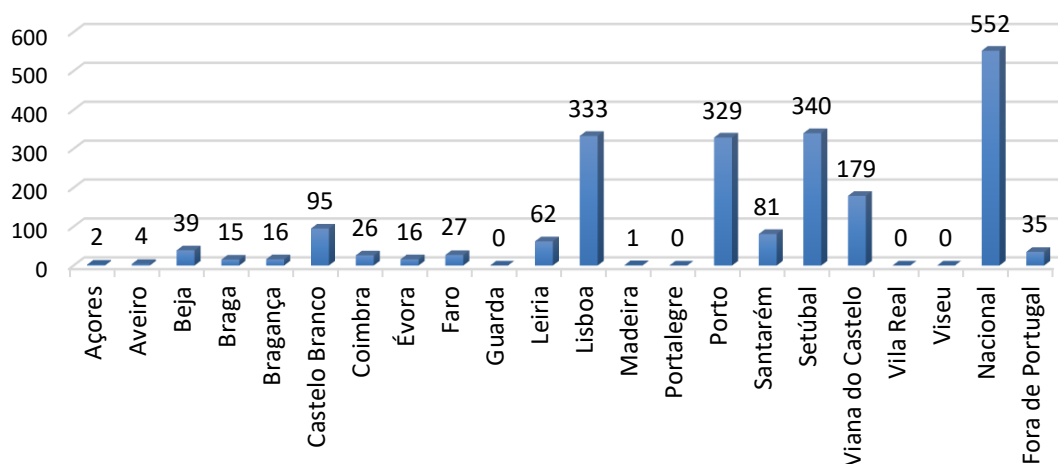
²⁵ Dados recolhidos nas ações 1.1.1; 1.1.2; 1.1.3; 1.1.4; 1.2.3.

Sexo dos e das participantes



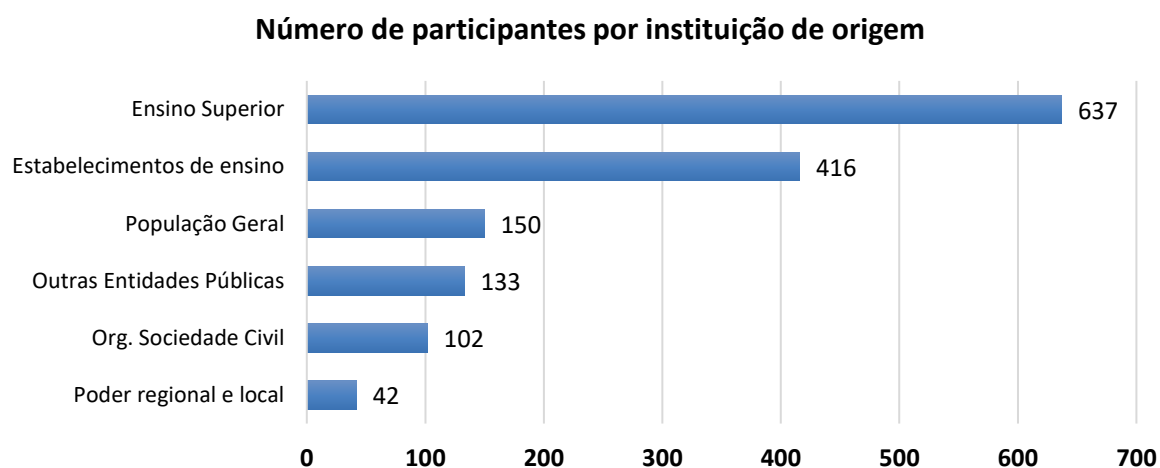
Relativamente aos indicadores específicos que visam recolher informações sobre o número de participantes **por instituição de origem e por proveniência geográfica**, foi possível recolher informações sobre 2152 pessoas (2104, em 2023; 2634, em 2022; e 1014, em 2021), sendo a sua distribuição efetuada como se pode ver no gráfico seguinte.

Número de participantes por área geográfica



Para além de o gráfico apresentar um número extremamente relevante de dados reportados com caráter *Nacional* (928), o que se julga estar relacionado com a questão da participação em ações dinamizadas em formato *online*, e vai em linha com os anos anteriores, este gráfico apresenta alterações relevantes relativamente ao do ano anterior, nomeadamente a grande relevância adquirida pelos números reportados relativos a Setúbal (340), que se equiparam, pela primeira vez, aos dados de Lisboa (333) e ao Porto (329). Mantém-se a predominância crescente do distrito de Viana do Castelo, com 179 participantes. De referir a existência de distritos sem reportes, o que não acontecia desde 2021 (Guarda, Portalegre, Vila Real e Viseu).

O reporte de dados de 47 ações permitiu analisar a proveniência **institucional de alguns destes participantes**. A saber, por ordem de representatividade – estabelecimentos de ensino superior (637) e de ensino básico e secundário (416), já anteriormente os mais representados; mas também da população em geral (150), de outras entidades públicas (133), de organizações da sociedade civil (102) e do poder regional e local (42), cujo número de participantes perde relevância em relação a anos anteriores.



○ Objetivo 2

Como exposto anteriormente, o objetivo 2 - “Alargar o alcance e a qualidade da intervenção em ED” -, é o que apresenta um maior número de ações reportadas: 764 ações. Neste objetivo estão previstas as seguintes medidas

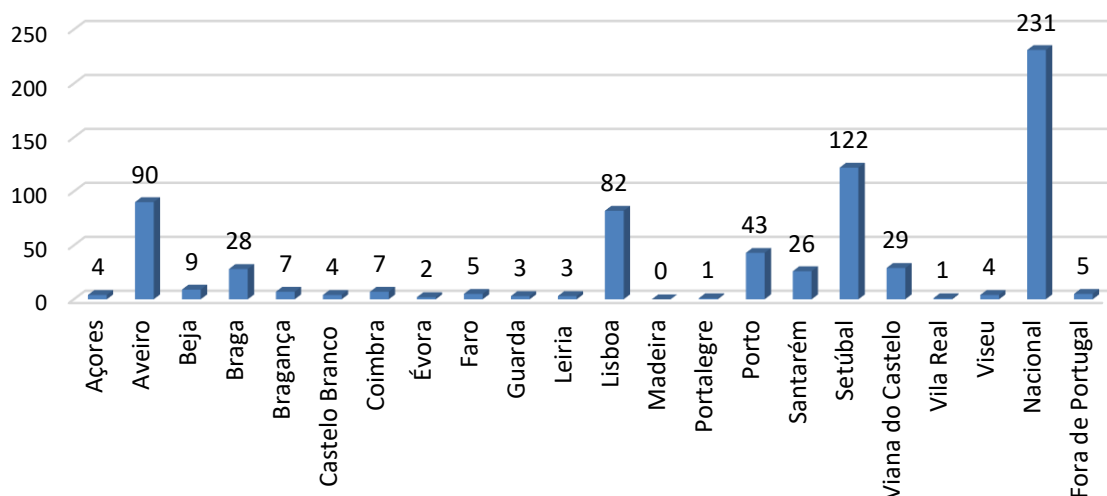
- ✓ **Medida 2.1** - Reforço da integração da ED no sistema educativo
- ✓ **Medida 2.2** - Fortalecimento da ED nos contextos de Educação Não Formal
- ✓ **Medida 2.3** - Promoção de iniciativas de concertação para a melhoria das políticas
- ✓ **Medida 2.4** - Envolvimento dos meios de comunicação social
- ✓ **Medida 2.5** - Participação internacional

A grande diversidade de medidas e de ações envolvidas neste objetivo origina uma multiplicidade de indicadores gerais e, sobretudo, de indicadores específicos, que serão abordados nesta secção.

Relativamente à **dimensão territorial** das ações reportadas neste objetivo, pode verificar-se, no gráfico seguinte, a distribuição geográfica das ações para as quais é pedida esta indicação²⁶. Mantém-se a tendência progressiva do aumento do reporte de dados gerais para este indicador. De salientar algumas mudanças verificadas nestes dados, sendo visível a grande preponderância da categoria nacional (231), bem como o maior número de reportes para o distrito de Setúbal (122) e Aveiro (90), que ultrapassam, pela primeira vez, os valores reportados para Lisboa (82). O Porto, Viana do Castelo, Braga e Santarém surgem com valores relevantes. Verifica-se que apenas a Região Autónoma da Madeira se apresenta sem referências.

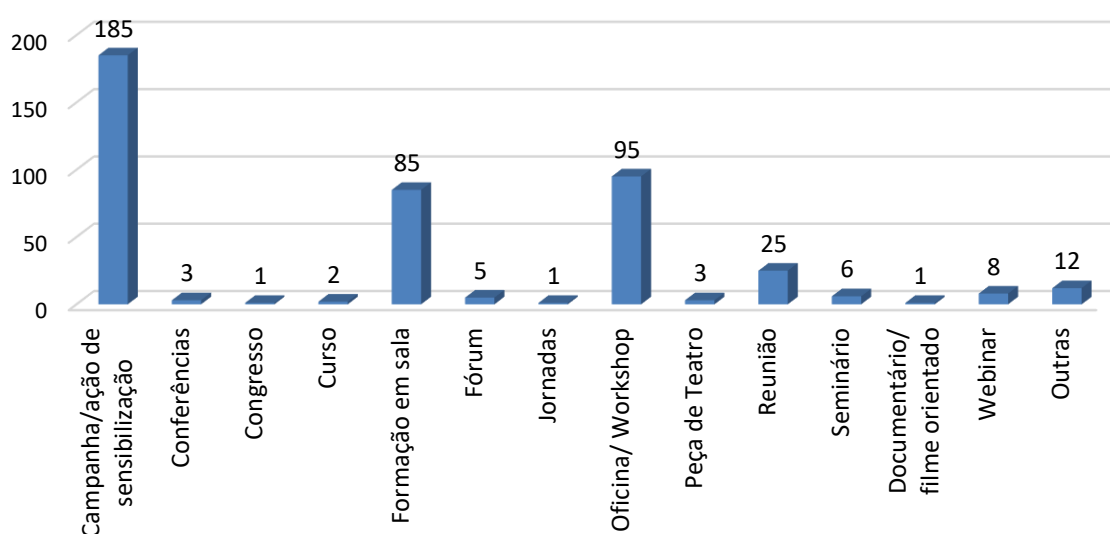
²⁶ Dados recolhidos nas ações 2.1.1; 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.3; 2.4.1.

Âmbito territorial das ações



No que concerne à **tipologia das ações**²⁷, em 439 ações foi possível verificar a seguinte distribuição:

Tipologia das ações



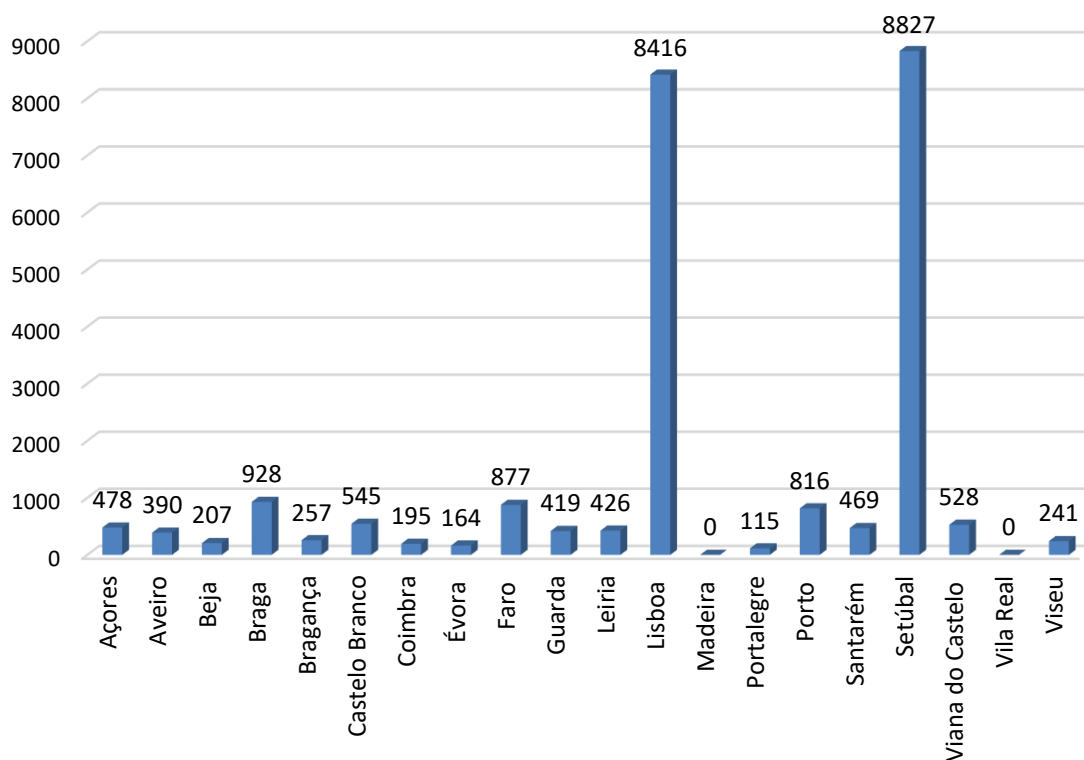
Mantém-se a predominância das “campanhas/ações de sensibilização” (185) e “oficina/workshop” (95). De notar os valores significativos da Formação em sala (85), que tem tido uma presença menos relevantes nos relatórios anteriores. Na categoria “outra” (12), foram nomeados “exposição”, “concurso”, “escola comunitária”, “roda de conversa”, “palestra” e “sessão de experimentação e reflexão”.

²⁷ Dados recolhidos nas ações 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.2; 2.3.3; 2.4.1.

A **dimensão da participação** é outro indicador transversal. Assim, e relativamente ao objetivo 2, foi possível quantificar 1.012.604 participantes²⁸. Destes, 908.070 foram reportados no âmbito do projeto Eco-escolas; 59.300 reportados relativamente a visitas a uma exposição e uma campanha de uma ONGD; e 5.354 reportados na atividade Coastwatch.

A **distribuição geográfica**²⁹, que nos foi possível recolher através dos dados reportados, é marcada pela categoria *Nacional* (9.062), a exemplo dos anos anteriores. No entanto, verificam-se alterações relevantes: Setúbal surge como distrito com mais participantes, sendo seguido de Lisboa, que até 2021 surgia como o distrito com mais participantes, surge em 2024 na segunda posição, com 8.416; Braga, que em 2023 surgia com grande relevância (sobretudo devido a campanhas de sensibilização e exposições promovidas por uma ONGD com grande implementação local) surge como terceiro distrito com mais participantes, mas a uma grande distância dos anteriores (928). Dos restantes valores, apontam-se Faro e Porto com valores acima dos 800 participantes. De salientar a Região Autónoma da Madeira e Vila Real para os quais não foi reportada participação.

Número de participantes por área geográfica



²⁸ Dados recolhidos nas ações 2.1.1; 2.1.2; 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.2; 2.3.3; 2.5.1; 2.5.2.

²⁹ Dados recolhidos nas ações 2.1.1; 2.1.2; 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.2; 2.3.3; 2.5.2.

Importa salientar que os resultados recolhidos indicam que 77% das atividades envolvem **parcerias**.

Relativamente às ações referentes à participação internacional (2.5), foi possível identificar a participação de 88 residentes em Portugal em iniciativas fora de Portugal (2.5.1). Destes, 39% pertencem a entidades do ensino superior, 33% a organizações da sociedade civil, 24% a escolas do ensino básico e secundário e 5% a outras entidades públicas.

Foi ainda possível determinar a participação em eventos em Portugal por 664 pessoas de outros países (ação 2.5.2), vindos de diversos continentes – África: Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau e Moçambique; América: Brasil, Chile, Paraguai, República Dominicana e Uruguai; Ásia: Índia; e Europa: Alemanha, Andorra, Bélgica, Bulgária, Eslováquia, Espanha, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Países Baixos, Polónia, República Checa, Roménia e Suíça. De salientar que no ano anterior só tinha sido possível identificar 185 participantes e os seus países de origem.

No que concerne ao indicador relativo ao **sexo** foi possível recolher dados para 9.323 participantes³⁰. Apesar da pouca representatividade destes dados no total das pessoas participantes reportadas, verifica-se que as tendências de distribuição da participação por sexo se mantêm, com 62% elementos do sexo feminino e 38% elementos do sexo masculino.

Prestando atenção ao indicador relativo à **filiação institucional** dos e das participantes, foi possível analisar a proveniência de 4084 participantes³¹, valor pouco representativo quando analisado o valor total reportado. Analisando os dados obtidos podemos verificar – 85% pertence a entidades do Ensino Básico e Secundário; 14,5% a outras entidades públicas; 6,3% a entidades do Poder Local; 5,5% a Organizações da Sociedade Civil; 3,2% a entidades de Ensino Superior.

Atendendo aos indicadores específicos, foram identificadas, para a ação 2.1.2, “realização de sessões de divulgação do Referencial de Educação para o Desenvolvimento - Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário a docentes e outros agentes educativos”, a realização de 4 sessões, o que revela uma diminuição de sessões reportadas no ano anterior. Estas decorreram, por ordem decrescente: 2 em Viana do Castelo e 2 a nível nacional e 1 em Braga.

Respondendo ao indicador referente ao **número de ESPA e suas associadas ou parceiras envolvidas na organização das ações** 2.1.1 e 2.1.2, ligadas à promoção de projetos e outras iniciativas nos estabelecimentos de educação, ensino e formação e à divulgação do Referencial de ED, é possível identificar a presença de 90 entidades dinamizadoras – 18

³⁰ Dados recolhidos nas ações 2.1.1; 2.1.2; 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.2; 2.3.3; 2.5.1; 2.5.2.

³¹ Dados recolhidos nas ações 2.2.1; 2.2.2; 2.3.3; 2.4.1; 2.5.2.

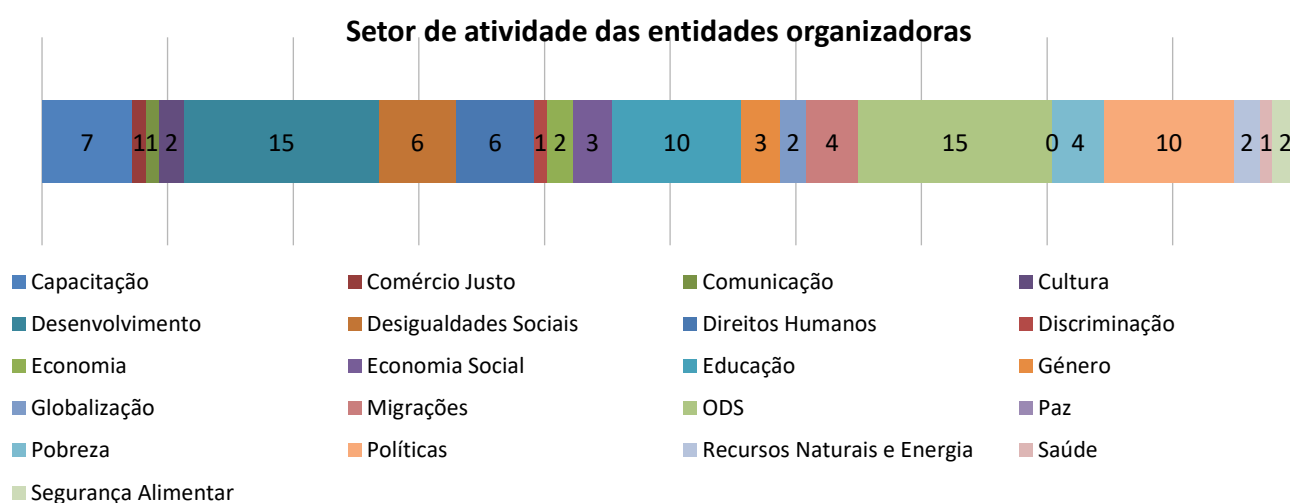
promotoras e 72 parceiras –, o que é um valor alinhado com o reportado no ano anterior, mas substancialmente acima dos anteriores. Nestas encontram-se Organizações da Sociedade Civil, entidades ligadas ao Ensino Básico e Secundário, Escolas Superiores de Educação, entidades do Poder Local, entre outras.

Importa salientar que, nesta medida, 270 das ações reportadas apresentavam dados sobre a implementação, ou não, em **parceria** e os resultados recolhidos indicam que 77% envolvem entidades parceiras, uma percentagem um pouco inferior à do ano anterior, mas ainda assim relevante.

A medida 2.3, dedicada à *Promoção de iniciativas de concertação para a melhoria das políticas*, atenta, entre outros indicadores, ao **número de participantes por proveniência**. Relativamente aos titulares de órgãos de soberania eletivos, do governo, das regiões autónomas e do poder político local (ação 2.3.1), foi possível recolher (numa ação) a participação de 21 representantes de partidos políticos, 11 membros da PPONGD 10 representantes do governo e deputados da Assembleia da República. Relativamente a membros nacionais dos órgãos políticos europeus (ação 2.3.2) não foram reportadas ações.

Relativamente a estas duas medidas interessava ainda saber a sua **periodicidade**. Foi possível recolher informação de 17 ações reportadas. Destas, uma indicou ser trimestral e 16 indicaram a categoria “outra”, com maior expressividade para o carácter pontual.

Para melhor poder caracterizar o papel das ESPA e suas associadas envolvidas na dinamização de atividades, importa perceber qual o **setor de atividades** das mesmas. Para as ações ligadas às medidas 2.2, *Fortalecimento da ED nos contextos de Educação Não Formal*, e 2.3 *Promoção de iniciativas de concertação para a melhoria das políticas*, foi pedida essa informação³². Através dos dados obtidos, foi possível elaborar o gráfico seguinte:



³² Dados recolhidos nas ações 2.2.1; 2.2.2; 2.3.1; 2.3.2; 2.3.3.

A análise da informação do gráfico³³ permite afirmar a relevância das entidades ligadas ao Desenvolvimento e aos ODS, com valores idênticos. De realçar ainda os valores ligados à Educação e às Políticas, também com valores idênticos. É relevante verificar que esta última categoria surge com valores expressivos nos últimos dois anos, o que não era muito visível em anos anteriores. Recordamos que, como já foi referido anteriormente, estes dados têm uma responsabilidade mista – alguns são das próprias entidades outros das autoras. Importa ainda salientar que cada entidade poderia escolher mais do que um setor de atividade, razão pela qual o número total de contributos não corresponde ao número total de entidades que reportaram nestas ações.

Para a medida 2.4 “Envolvimento dos meios de comunicação social” foram reportadas 4 atividades, e apenas relativas à ação 2.4.2 “publicação de conteúdos sobre Educação para o Desenvolvimento em meios de comunicação social internacional, nacional, regional e local, incluindo nas redes sociais”. Dos dados recolhidos, identificaram-se, 2 conteúdos publicados no jornal, e 109 em **meios de comunicação social** digitais, nomeadamente 106 conteúdos no *Instagram*. Relativamente às partilhas digitais, não foram reportados dados.

Quanto aos indicadores da categoria “autoria dos conteúdos”, nas ações reportadas, identificaram-se 2 autores do **sexo** masculino. Relativamente à **filiação institucional** foi possível identificar uma pessoa ligada a uma ONGD.

³³ Chama-se a atenção para o alerta realizado anteriormente - esta categorização do setor de atividade foi elaborada pelas autoras, com base na categorização utilizada no âmbito da anterior ENED. Para uma maior fiabilidade dos dados foi identificada a necessidade da inserção de uma questão no instrumento de recolha de dados relativo a 2020 que permita que cada entidade faça a sua própria categorização.

○ Objetivo 3

No objetivo 3, dedicado a “Afirmar a importância e promover a transversalização da ED”, foram reportadas, como indicado anteriormente, 155 ações. Neste objetivo estão previstas as seguintes medidas:

- ✓ **Medida 3.1** - Reconhecimento formal da ED
- ✓ **Medida 3.2** - Articulação nacional na tomada de decisões
- ✓ **Medida 3.3** - Articulação internacional na tomada de decisões
- ✓ **Medida 3.4** - Mobilização de recursos adequados à intervenção

Dada a especificidade do objetivo 3 e dos seus indicadores, achou-se melhor proceder a uma análise detalhada indo quase ao nível de cada uma das ações.

A medida 3.1 refere o **Reconhecimento formal da ED** em documentos estratégicos e operacionais, seja “por parte de órgãos de soberania eletivos, do governo, das regiões autónomas e do poder local” (3.1.1), seja “por parte de entidades públicas e da sociedade civil” (3.1.2). Os dados relacionados com esta medida foram reportados por membros da Comissão de Acompanhamento. Relativamente à ação 3.1.1, é possível identificar os 22 municípios pertencentes à Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento (RICD)³⁴ que subscreveu o Plano de Ação da ENED 2018-2020, aos quais se juntam mais três que não pertencem à Rede. No que diz respeito à ação 3.1.2, a CA reportou 15 ESPA, as 14 ESE, 7 ONGD promotoras de projetos do Camões I.P. e 10 outras entidades parceiras em projetos do Camões I.P.

Se analisarmos a **tipologia das entidades**, verifica-se que 15 são as próprias ESPA, 25 estão ligadas ao Poder Municipal, 15 estão ligadas ao Ensino Superior, 21 são Organizações da Sociedade Civil e 2 são estabelecimentos de educação.

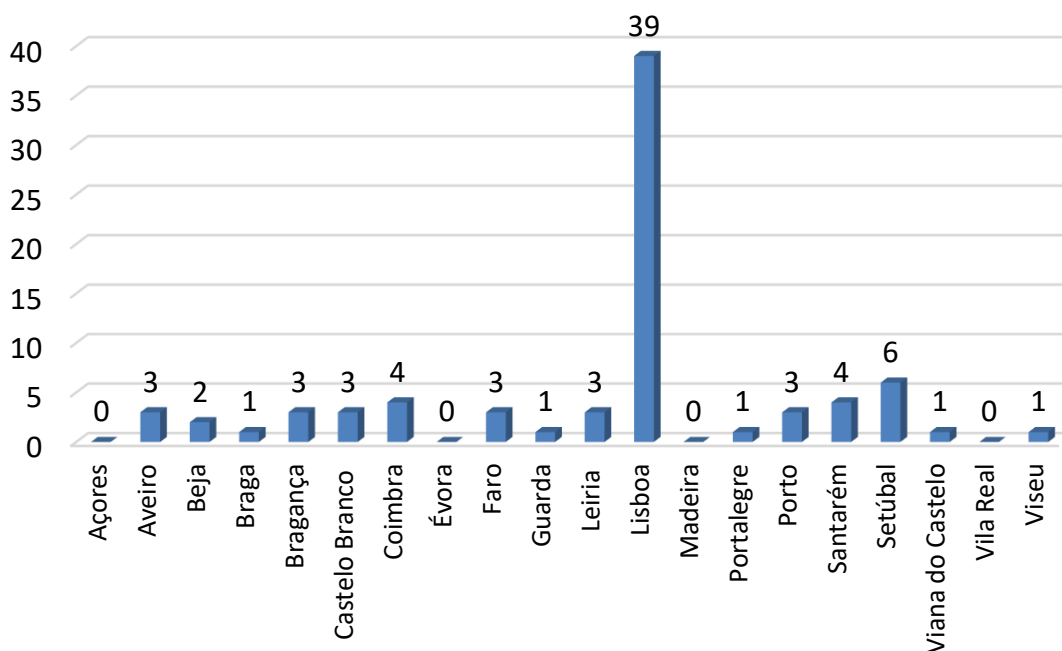
Quanto ao **tipo de evento e/ou documento** que foi assinado, é possível reconhecer: o plano da ação da RICD; os 30 contratos de subvenção de formalização de projetos ED; e os Planos de Ação das 14 ESE.

O exercício de identificar a **área geográfica** das entidades permite-nos perceber que se mantêm as tendências dos anos anteriores - a grande maioria destas entidades concentra-

³⁴ Alfândega da Fé, Amadora, Cascais, Estarreja, Faro, Fundão, Grândola, Loures, Maia, Marinha Grande, Matosinhos, Miranda do Corvo, Moita, Odivelas, Oeiras, Ourém, Palmela, Seixal, Setúbal, Torres Vedras e Vila Nova de Poiares.

se em Lisboa (39). São, com valores significativamente inferiores, nomeados também os distritos de Setúbal (6), Coimbra e Santarém (4), Aveiro, Bragança, Castelo Branco, Faro, Leiria e Porto (3), Beja (2) e Braga, Guarda, Portalegre, Viana do Castelo e Viseu (1). Os restantes territórios não apresentam referências.

Âmbito territorial das entidades



Como referido nos anos anteriores, a assinatura da Carta Compromisso e a subsequente elaboração dos Planos de Ação das ESE permite identificar territórios que geralmente não eram nomeados nesta tipologia de atividades, dada a cobertura nacional diversificada realizada pela localização das ESE.

Um dos indicadores pedidos para a medida 3.1 é o de identificar o número de entidades que se reconhecem formalmente ligadas ao setor da Educação. Ainda não foi possível aferir, com todo o rigor necessário, estes dados.

As medidas 3.2 e 3.3, vocacionadas para a articulação nacional e internacional na tomada de decisões em matéria de ED, têm como indicador o número de participantes. Pudemos identificar a **participação** de 158 pessoas, através de 20 ações reportadas. Os dados reportados não são expressivos quanto à identificação do sexo das pessoas participantes.

Ao nível da articulação nacional (medida 3.2), foram reportadas 14 reuniões – 13 *advocacy meetings* por uma ONGD, com a participação de 20 pessoas, e 1 Mesa Redonda com candidatos às eleições europeias, na qual participaram 85 pessoas – dirigidas a decisores políticos nacionais e europeus, técnicos/as ministeriais e/ou funcionários públicos, organizações da sociedade civil e cidadãos nacionais e europeus. Foi ainda reportado o

documento “Contributo do Fórum da Sociedade Civil para os ODS no âmbito da consulta pública à versão preliminar do roteiro nacional para o desenvolvimento sustentável 2030”, dirigida à Presidência do Conselho de Ministros, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e ao Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública (PLANAPP).

Analisando com detalhe os indicadores relativos às ações da medida 3.3, podemos identificar que: i) 3.3.1. – foram realizadas 5 reuniões com a participação de representantes portugueses nos âmbitos de mesas redondas do GENE – *Global Education Network Europe* (com 2 participantes do CICL, 1 da DGE e 1 do CIDAC), dos Conselhos Intergovernamentais do Programa Ibero-Americano de Cidadania Global para o Desenvolvimento Sustentável (CGpDS) (2 participantes do CICL) e da Atividade de Aprendizagem entre Pares do grupo de trabalho *School: learning for sustainability da Comissão Europeia* (vários representantes da Direção-Geral da Educação); ii) 3.3.2. – foram elaborados 4 documentos relacionados com a participação de Portugal em âmbitos internacionais relevantes, nomeadamente, os Relatórios de Portugal sobre Educação Global para as 50.^a e 51.^a Mesas Redondas do GENE e as atas dos dois Conselhos Intergovernamentais do Programa Ibero-Americano de Cidadania Global para o Desenvolvimento Sustentável.

A medida 3.4 está direcionada para a *Mobilização de recursos adequados à intervenção*. Em relação aos recursos afetos expressamente à ED (ação 3.4.1) conclui-se o reporte de 1 instrumento financeiro dedicado expressamente à ED³⁵ promovidos pelo CICL (a linha de ED). Neste instrumento, o CICL financiou, em 2024, 13 projetos. Para além disso, o CICL contribuiu para organismos internacionais, nomeadamente para o GENE e para a SEIGB.

Como se verifica no quadro, contabilizam-se ainda 36 ESPA e suas associadas com recursos afetos expressamente à ED, sendo que, como explicado nos relatórios anteriores, este dado é aferido a partir do número total de entidades que reportam ações realizadas.

Tipo de recurso afeto expressamente à ED	Número
Instrumentos financeiros afetos à ED	1
Projetos financiados por estes instrumentos financeiros	13
Contribuição para organismos internacionais	2
ESPA com recursos afetos à ED	36

Na ação 3.4.2, “mobilização de recursos não afetos expressamente à ED”, foi reportada, pelo CICL, uma linha de cofinanciamento de conferências, seminários e estudos, que também pode aprovar projetos de ED.

³⁵ Apresenta-se no Anexo 5 os “Dados relativos aos projetos aprovados na fase de candidatura de 2020, na linha de financiamento do CICL para projetos de ED”.

○ Objetivo 4

O objetivo 4 pretende “Consolidar a implementação da ENED” e, no seu âmbito, foram reportadas 10 ações.

Neste objetivo, dedicado à operacionalização do dispositivo de acompanhamento da ENED, estão previstas, para o ano ao qual se reporta este relatório, as seguintes medidas:

- ✓ **Medida 4.1** Modelo institucional
- ✓ **Medida 4.2.** Sistema de acompanhamento

No âmbito do modelo institucional da presente ENED (medida 4.1), realizaram-se 5 reuniões e/ou sessões da CA (4.1.1) e 1 das ESPA (4.1.2), com vista ao trabalho colaborativo em matéria da ENED 2018-2022. Num dos encontros das ESPA, promovidos pela CA, foi apresentada informação-síntese relevante sobre a execução da ENED (4.1.3) já que foi apresentado o relatório de acompanhamento do ano anterior.

Nas 5 sessões de trabalho da CA, participaram os representantes das 3 ESPA³⁶ que a constituem (2 elementos do CICL; 2 elementos da DGE; 4 elementos da PPONGD), assim como 3 elementos da equipa contratada para o processo de elaboração da nova edição da ENED e do seu Plano de Ação, 1 representante do GENE (entidade europeia que está a apoiar a elaboração da ENED e do seu Plano de Ação) 2 os 2 elementos do secretariado de apoio à ENED. Na sessão de trabalho colaborativo do grupo de ESPA, realizada em fevereiro de 2024, com o objetivo de elaborar o Plano de Ação relativo à nova ENED, contaram-se 28 presenças³⁷, 23 do sexo feminino e 5 do sexo masculino. Relativamente à proveniência geográfica destes e destas participantes foi possível verificar que são de entidades situadas nos seguintes distritos: Lisboa (25 participantes, correspondendo a 74% do total); Coimbra (4 participantes); Porto e Viana do Castelo (1 participante de cada distrito). Esteve ainda presente uma representante de uma organização europeia, como referido anteriormente.

De acordo com o previsto na ação 4.1.3, esteve em funcionamento o Secretariado de apoio à CA e ao grupo das ESPA, em funcionamento desde 2019.

No que respeita ao sistema de acompanhamento (medida 4.2), mais especificamente à ação “elaboração e publicação relatórios de acompanhamento da execução da ENED” (ação 1), considera-se que esta medida fica concluída com a elaboração e publicação do presente

³⁶ Dados recolhidos nas ações 4.1.1; 4.1.2.

³⁷ Dados recolhidos nas ações 4.1.2 e 4.1.4.

relatório de acompanhamento que respeita ao ano 2024. Relativamente à ação 4.2.2, que previa a “criação e atualização de uma plataforma de recolha e partilha de informação sobre a implementação da ENED”, reporta-se que esta foi criada em 2019 e divulgada publicamente em maio de 2020. De janeiro a dezembro de 2024 foram divulgados 14 recursos, 3 estudos e 7 iniciativas. Foram publicadas 31 notícias. O número de visitantes anual foi de 7.870, um número que tem crescido de ano para ano (em 2022, foram 5.758 e em 2023, 6.500).

5 – Conclusões

Da análise dos dados recolhidos no presente relatório, é possível retirar algumas conclusões.

Uma primeira conclusão importante é o alcance, em termos gerais, do compromisso assumido de **cobertura dos objetivos, medidas e ações**:

Na distribuição de ações por objetivo, verificou-se que 23% das ações reportadas correspondem ao objetivo 1 “Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED”; 63%, um valor muito expressivo, dizem respeito ao objetivo 2 “Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED”; 13% correspondem ao objetivo 3 “Afirmar a importância e promover a transversalização da ED”; e 1% estão implicadas no objetivo 4 dedicado à “Consolidar a implementação da ENED”.

O **Objetivo 1** registou 274 ações reportadas (23%), superando as 256 previstas. A medida 1.3, dedicada à produção de conteúdos e recursos, manteve-se como a mais representativa, concentrando 174 ações. A ação 1.1.2, voltada para a formação contínua de docentes, também se destacou, ultrapassando as ações previstas. Já as ações menos reportadas foram as ligadas à formação inicial e à capacitação de organizações, embora a relativa à formação inicial de agentes de educação não formal, tenha superado o previsto.

O **Objetivo 2**, para o qual foram reportadas 764 ações, dedicado a ampliar o alcance e a qualidade da intervenção em ED, apresentou resultados muito acima do previsto na maioria das suas medidas. Destacaram-se as ações de integração da ED no sistema educativo (2.1) e no contexto da educação não formal (2.2), impulsionadas pelo forte envolvimento de organizações de cúpula e outras entidades. As ações de concertação política (2.3) e de envolvimento dos meios de comunicação social (2.4) tiveram resultados mais limitados, com alguns casos abaixo do esperado, evidenciando fragilidades nessas áreas. Por outro lado, a participação internacional (2.5) superou as metas, tanto em iniciativas realizadas no estrangeiro como em Portugal, reforçando a troca de experiências e conhecimentos com atores de diferentes países e organizações internacionais.

O **Objetivo 3**, o qual recolheu informação sobre 155 ações, voltado para afirmar a importância e promover a transversalização da ED, superou amplamente as metas previstas, com resultados excedentários em quase todas as tipologias de ação e sem registos deficitários. Houve avanços significativos no reconhecimento formal da ED (3.1) por órgãos de soberania, entidades públicas e organizações da sociedade civil, bem como na articulação nacional e internacional em processos de tomada de decisão (3.2 e 3.3). Destacou-se ainda a mobilização de recursos específicos para a ED (3.4), tendência que se mantém consistente ao longo dos anos, evidenciando um reforço da capacidade de implementação e de inserção da ED em diferentes esferas institucionais.

O **Objetivo 4**, diz respeito à consolidação da implementação da ENED, tendo sido reportadas 10 ações para o ano de 2024, mantendo-se como o objetivo que apresenta menor volume de ações, refletindo a sua natureza mais institucional. Embora algumas ações previstas para o modelo de funcionamento institucional (4.1.1 e 4.1.2) tenham ficado abaixo do esperado, devido à não implementação da 3.ª edição da ENED, foram cumpridas as atividades relacionadas ao secretariado (4.1.3) e à partilha de informação relevante (4.1.4). Também se avançou no sistema de acompanhamento (4.2), com a elaboração do presente relatório e a manutenção da plataforma de recolha e partilha de informações. Várias ações previstas nesta área não tinham execução programada para 2024, dado o caráter excecional do mesmo.

Os **indicadores gerais** e os **indicadores específicos** que em seguida se apresentam, respondem às seguintes dimensões - participação; territorial/geográfica; institucional; sexo; setor de atividade; âmbito temporal; disseminação e tipologia das ações. Através da sua análise podem retirar-se conclusões para cada um dos objetivos.

No **objetivo 1** “Reforçar a capacidade de intervenção em matéria de ED” foi reportado um total de 274 ações. Dos dados que foram possíveis apurar, salienta-se que:

- i) Lisboa se mantém como o **distrito** com maior número de ações desenvolvidas, seguido do Porto e de Setúbal com valores muito próximos; a alguma distância surgem Viana e Santarém. De salientar ainda o reporte expressivo de ações de caráter nacional, numa tendência crescente;
- ii) se manteve a preponderância dos **formatos** Formação em sala, Curso e Oficina/workshop; a categoria “outras” foi menos expressiva, incluindo dinâmicas de grupo, práticas de educação e ações de curta duração;
- iii) se realizaram 51 ações de **formação contínua** de docentes (valor que tem vindo a diminuir ao longo dos anos), das quais 55% foram **acreditadas**;
- iv) a maioria das ações de formação teve **duração** igual ou inferior a 6 horas;
- v) 29 ESPA ou suas associadas estiveram envolvidas na organização de ações, sobretudo ligadas aos **setores** do Desenvolvimento, da Educação e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável seguidos pelo de Políticas;
- vi) nas medidas 1.1 e 1.2 **participaram** 9.007 pessoas, com predominância do **sexo** feminino;
- vii) ao nível da **proveniência geográfica** o caráter nacional é o mais expressivo, seguido por ordem decrescente, de Setúbal, de Lisboa, do Porto e de Viana do Castelo;
- viii) da informação de **proveniência institucional**, destacam-se estabelecimentos de ensino superior e de ensino básico e secundário;

- ix) ao nível da **produção de conteúdos e recursos de ED** reportaram-se, pela primeira vez, mais recursos educativos (43%) do que conteúdos (25%);
- x) quanto à **produção de conteúdos científicos** foram reportados e disseminados comunicações e posters (como outros conteúdos científicos), projetos de investigação, artigos/livros científicos e dissertação/teses. Destes, 76% foram elaborados em coautoria. A **disseminação** incluiu divulgações em meios de comunicação social convencional e digital.

O **objetivo 2**, “Alargar o alcance e a qualidade da intervenção em ED”, alcançou um reporte de 764 ações, mantém-se o objetivo com um maior número de ações reportadas. Importa referir que este é o objetivo com maior diversidade de medidas e de ações, o que origina uma multiplicidade de indicadores gerais e, sobretudo, de indicadores específicos. Dos dados apurados para os indicadores gerais, pode concluir-se que:

- i) em termos de **distribuição geográfica das ações**, a grande preponderância da categoria Nacional, seguida dos distritos de Setúbal e Aveiro, que ultrapassam, pela primeira vez, Lisboa. O Porto, Viana do Castelo, Braga e Santarém apresentam também valores relevantes. Apenas a Região Autónoma da Madeira não apresenta referências;
- ii) em termos de **tipologia de ações**, mantém-se a predominância das “campanhas/ações de sensibilização” e “oficina/workshop”. A Formação em sala apresenta valores mais expressivos do que em anos anteriores;
- iii) foi possível quantificar 1.012.604 **participantes**. Destes, 908.070 foram reportados no âmbito do projeto Eco-escolas; 59.300 em visitas a uma exposição e campanha de uma ONGD; e 5.354 na atividade Coastwatch.
- iv) a **origem geográfica** das pessoas participantes é marcada pela categoria Nacional (9.062), seguida de Setúbal e Lisboa (8.416), Braga (928), Faro e Porto (acima de 800). Não foram reportados participantes para a Região Autónoma da Madeira e Vila Real;
- v) relativamente ao **sexo**, foi possível recolher dados para 9.323 participantes, sendo 62% do sexo feminino;
- vi) dos participantes com dados sobre **filiação institucional**, 85% pertence ao ensino básico e secundário; 14,5% a outras entidades públicas; 6,3% ao poder local; 5,5% a organizações da sociedade civil; e 3,2% ao ensino superior;
- vii) foi possível identificar a participação de 88 residentes em Portugal em **iniciativas no estrangeiro**, maioritariamente ligados ao ensino superior (39%) e organizações da sociedade civil (33%). Foram ainda registados 664 **participantes estrangeiros** em eventos em Portugal, provenientes de vários países de África, América, Ásia e Europa (em 2023 tinham sido 185).

No que diz respeito aos indicadores específicos, verificou-se:

- i) a realização de 4 **sessões de divulgação do Referencial de ED**, abaixo do número do ano anterior;
- ii) a presença de 90 ESPA e suas associadas envolvidas na **organização de ações** de promoção de projetos e iniciativas no sistema de ensino formal (18 promotoras e 72 parceiras), sendo que 77% das ações reportadas envolveram entidades **parceiras**;
- iii) o reporte de 31 ações para **concertação das melhorias das políticas**, quase todas de carácter pontual;
- iv) a relevância das entidades ligadas ao Desenvolvimento e aos ODS, com valores idênticos, bem como à Educação e às Políticas;
- v) na medida 2.4 “Envolvimento dos **meios de comunicação social**” foram reportadas 4 ações, com conteúdos publicados em jornal e em meios de comunicação digitais.

Para o **objetivo 3**, dedicado a “Afirmar a importância e promover a transversalização da ED”, foram reportadas, como indicado anteriormente, 155 ações. Como principais conclusões podem destacar-se:

- i) o reconhecimento formal da ED por 78 entidades, das quais 15 são ESPA, 25 ligadas ao Poder Municipal, 15 ao Ensino Superior, 21 Organizações da Sociedade Civil e 2 estabelecimentos de educação;
- ii) este reconhecimento foi efetuado através do plano da ação da RICD, de 30 contratos de subvenção e dos Planos de Ação das 14 ESE;
- iii) a grande maioria destas instituições concentra-se em Lisboa. Importa salientar que a assinatura da Carta Compromisso pelas ESE permite identificar territórios que geralmente não eram nomeados nesta tipologia de atividades, dada a cobertura nacional mais diversificada realizada pela localização das ESE;
- iv) as medidas relativas à articulação nacional e internacional na tomada de decisões, envolveram 158 participantes em 20 ações. No plano nacional registaram-se 14 reuniões e foi produzido o documento “Contributo do Fórum da Sociedade Civil para os ODS” dirigido a várias entidades governamentais. Na articulação internacional, foram realizadas 5 reuniões com representantes portugueses em mesas redondas do GENE, nos Conselhos Intergovernamentais do Programa de CGpDS e na Atividade de Aprendizagem entre Pares da Comissão Europeia, e elaborados 4 documentos relevantes;
- v) relativamente à mobilização de recursos, identificou-se 1 instrumento financeiro dedicado à ED – a linha de ED do CICL – que financiou 13 projetos em 2024 e a contribuição para 2 organismos internacionais (GENE e SEGIB);

- vi) contabilizam-se 36 ESPA e associadas com recursos especificamente afetos à ED, ou seja, todas as entidades que reportaram para o presente relatório;
- vii) foi reportada uma linha de cofinanciamento de conferências, seminários e estudos no que concerne à mobilização de recursos não afetos expressamente à ED.

O **objetivo 4** pretende “Consolidar a implementação da ENED” e, no seu âmbito, realizaram-se 10 ações, das quais se realça:

- i) a realização de 5 reuniões da CA e 1 das ESPA, com vista ao trabalho colaborativo em matéria da ENED 2018-2022;
- ii) num dos encontros das ESPA, promovido pela CA, foi apresentada informação-síntese relevante sobre a execução da ENED, nomeadamente o relatório de acompanhamento do ano anterior;
- iii) nas 5 sessões da CA participaram representantes das 3 ESPA que a compõem (2 do CICL, 2 da DGE e 4 da PPONGD), 3 elementos da equipa contratada para elaborar a nova edição da ENED e do respetivo Plano de Ação, 1 representante do GENE e 2 elementos do secretariado de apoio à ENED;
- iv) na sessão de trabalho colaborativo das ESPA, realizada em fevereiro, para elaborar o Plano de Ação da nova ENED, estiveram presentes 28 pessoas (23 mulheres e 5 homens), oriundas sobretudo de Lisboa (25);
- v) o secretariado de apoio à CA e ao grupo das ESPA esteve em funcionamento e procedeu-se à elaboração e do presente relatório de acompanhamento que respeita ao ano 2024;
- vi) na plataforma de recolha e partilha de informação sobre a implementação da ENED, foram divulgados 14 recursos, 3 estudos, 7 iniciativas e 31 notícias. O número de visitantes anuais foi de 7.870, mantendo a tendência de crescimento face a anos anteriores.

À semelhança do ano 2023, realizou-se um exercício de súmula dos dados dos quatro objetivos do Plano de Ação, analisando os diversos indicadores que respondem às diferentes dimensões estabelecidas. Poderemos apresentar os seguintes resultados para 2024:

No âmbito da **dimensão da participação**, foi possível contabilizar um total de 1.021.835 participantes e verificar que o maior número de participações advém, à semelhança dos dois anos antecedentes, do objetivo 2 “Alargar o alcance e a qualidade da intervenção ED”, valor facilmente justificado pelas informações supracitadas que respeitam às elevadas participações no âmbito do projeto Eco-escolas (908.070 participantes), de visitas a uma exposição e campanha (59.300 participantes) e da atividade Coastwatch (5.354 participantes) que perfazem um total de 972.724 participantes.

Relativamente à **dimensão do sexo** dos e das participantes, é de salientar que, do número de pessoas participantes identificadas acima, foi possível identificar o sexo de 11.296 pessoas. Destes, e tendo por base os dados possíveis de recolher ao longo dos 4 objetivos, é possível verificar uma predominância do sexo feminino (7250 participantes) face ao sexo masculino (4046 participantes). Importa salientar que, no objetivo 2, não foi possível a recolha de dados relativos ao sexo dos e das participantes nas atividades que apresentam uma maior abrangência de participações, a saber: o projeto Eco-escolas (908.070), em visitas a uma exposição e campanha de uma ONGD (59.300) e na atividade Coastwatch (5.354).

Foi ainda possível, enquadrado na **dimensão institucional**, apurar a filiação institucional de alguns e algumas participantes. Com base na recolha de dados, apurou-se que nos primeiros dois objetivos do PA, a maioria dos e das participantes provinham de 3 grandes grupos, a saber, por ordem decrescente: estabelecimentos de ensino básico e secundário (3887), do ensino superior (768) e de outras entidades públicas (725). Relativamente aos dois últimos objetivos, foi possível identificar participantes com vínculo a municípios e às ESPA, respetivamente. No entanto, estes dados devem ser lidos com muita cautela e sem representação estatística face ao número total de participantes, uma vez que correspondem à recolha de dados de 172 (28%) das 616 ações que solicitavam este indicador específico.

No que respeita à caracterização das ações, é possível fazer-se uma cobertura **territorial/geográfica** da implementação das mesmas. De uma forma geral, confirma-se que a distribuição das ações se encontra muito relacionada com a existência de atores na mesma região, com preponderância, do distrito de Setúbal (138), logo de seguida as ações realizadas no distrito de Lisboa (135) e Aveiro (95). De salientar, no entanto, que as ações reportadas abrangeram todos os distritos de Portugal continental e uma região autónoma, os Açores, não tendo sido registadas ações na Madeira. Nos dados reportados pelas ESE observa-se uma distribuição geográfica mais equilibrada, à semelhança dos anos anteriores, o que facilmente se justifica pela distribuição geográfica no território nacional das Escolas Superiores de Educação. Importa também sobressair o aumento significativo do reporte de ações de caráter nacional (268).

Foi ainda possível averiguar, através dos dados reportados apenas nos dois primeiros objetivos, as **tipologias de ações** mais desenvolvidas, a saber por ordem decrescente: campanhas/ações de sensibilização (185 ações); formação em sala (122) e oficinas/workshops (108).

É ainda possível traçar uma visão geral da **disseminação** das ações desenvolvidas nos dois primeiros objetivos do PA. Assim importa referir que 1.501 conteúdos sobre ED foram divulgados através de canais de comunicação social convencional, nomeadamente jornais, e 11.805 através de canais de comunicação social digitais, nomeadamente redes sociais. Relativamente às partilhas digitais não se reportaram dados. Relativamente ao envolvimento dos meios de comunicação social foram reportadas 4 ações que publicaram 2 conteúdos no jornal e 109 em meios de comunicação digitais de órgãos da comunicação social.

Em último lugar, referem-se os **setores de atividades** mais comuns das entidades organizadoras das ações vinculadas à ENED 2018-2022. Apesar de apenas podermos verificar tendências, dado o número reduzido de dados recolhidos nos dois primeiros objetivos, à semelhança de anos anteriores, verificamos as seguintes posições apresentadas por ordem crescente: setor do Desenvolvimento (28); setor dos ODS (27) e setor da Educação (25). Recorda-se que estes dados têm uma responsabilidade mista – alguns são das próprias entidades outros das autoras. Importa ainda salientar que cada entidade poderia escolher mais do que um setor de atividade.

Finalmente, importa salientar que, para o ano de 2024, foi reportado, comparativamente ao ano antecedente, um maior número de respostas registadas (642, mais 87 respostas), um maior número de ações (1203, mais 57 ações) e um maior número de entidades respondentes (44, mais 6 entidades).

Fica, mais uma vez, uma nota de agradecimento pela participação de todas as entidades que se dispuseram a contribuir para a elaboração do presente relatório.

6 – ANEXOS

Anexo 1 - Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão

Anexo 2 - Termos de Referência do Relatório de Acompanhamento da ENED

Anexo 3 - Apresentação dos projetos de ED reportados

Anexo 4 - Dados relativos aos projetos aprovados na fase de candidatura de 2018, na linha de financiamento do CICL para projetos de ED

○ Anexo 1

Quadro das entidades que foram contactadas e sua adesão

Entidades Subscritoras do Plano de Ação (ESPA)

Comissão de Acompanhamento	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
1. Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP	X	X	X	X	X	X	X
2. Direção-Geral da Educação	X	X	X	X	X	X	X
3. Plataforma Portuguesa das ONGD	X	X	X	X	X	X	X
4. Comissão de Acompanhamento	X	X	X	X	X	X	X
Nº ESPA que responderam	4	4	4	4	4	4	4

Instituições Públicas	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
1. APA – Agência Portuguesa do Ambiente	X	X	X	X	X	X	X
2. AIMA - Agência para a Integração, Migrações e Asilo ³⁸	*	X	X	X	X	X	X
3. CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género	X	X	X	X	X	X	X
4. Comissão Nacional da UNESCO	*	X	X	X	X	X	X
5. Instituto Português do Desporto e da Juventude	*	*	X	X	X	X	X
Organizações da Sociedade Civil	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
6. ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local	*	X	X	X	X	X	X
7. APEDI – Associação de Professores para a Educação Intercultural	*	X	X	X	X	X	X
8. ARIPESE - Associação de Reflexão e Intervenção Educativa na Política das ESE	*	X	X	X	X	X	X
9. CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (Delegou na ASPEA)	X	X	X	X	X	X	X
10. CNJ - Conselho Nacional da Juventude	X	X	X	X	X	--	--
11. Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento - Associação de Municípios	X	X	X	X	X	--	X
12. PpDM - Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres	*	X	X	X	X	X	X
Nº ESPA que responderam	12	12	12	12	12	10	11

³⁸ Até 2023, a AIMA foi denominada de ACM – Alto Comissariado para as Migrações.

Associadas de Entidades Subscritoras do Plano de Ação (ESPA)

Escolas Superiores de Educação associadas da ARIPESE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
1. Instituto Politécnico de Beja	X	X	X	X	X	X	X
2. Instituto Politécnico de Bragança	X	X	X	X	X	X	--
3. Instituto Politécnico de Castelo Branco	X	X	X	X	--	X	--
4. Instituto Politécnico de Coimbra	--	--	X	X	--	--	X
5. Instituto Politécnico da Guarda ³⁹					X	X	X
6. Instituto Politécnico de Leiria	--	X	X	X	X	X	X
7. Instituto Politécnico de Lisboa	--	--	--	--	--	--	--
8. Instituto Politécnico de Portalegre	X	X	X	X	X	X	X
9. Instituto Politécnico do Porto	--	X	--	--	X	X	X
10. Instituto Politécnico de Santarém	--	X	X	X	X	X	--
11. Instituto Politécnico de Setúbal	X	X	X	X	X	X	X
12. Instituto Politécnico de Viana do Castelo	X	X	X	X	X	X	X
13. Instituto Politécnico de Viseu	--	--	X	X	X	--	--
14. Universidade do Algarve	--	--	--	X	--	--	--
Nº ESE que responderam	6	9	10	11	10	10	8

ONGD associadas da PPONGD	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
1. ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos	--	X	X	X	X	X	--
2. ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola ⁴⁰	*	*	*	*	*	*	X
3. ADRA - Associação Adventista para o Desenvol., Recursos e Assistência	X	--	X	X	X	X	X
4. AIDGLOBAL – Acção e Integração para o Desenvolvimento Global	X	X	X	X	X	X	X
AMI - Assistência Médica Internacional	X	X	X	X	X	X	⁴¹
5. AMU - Cooperação e Solidariedade Lusófona por um Mundo Unido	X	X	X	--	X	X	X
6. APDES - Agência Piaget para o Desenvolvimento	--	--	X	--	X	X	X
7. APF - Associação para o Planeamento da Família	--	--	X	X	--	--	--

³⁹ O Instituto Politécnico da Guarda integrou a ARIPESE em 2022, ano para o qual foi convocada a reportar pela primeira vez para a ENED 2018-2022.

⁴⁰ As ONGD ADPM, ATLAS, Graal, ICE e Pista Mágica, são convocadas a reportar pela primeira vez para a ENED em 2024.

⁴¹ A AMI não foi contactada para o reporte de 2024, dado que não é associada da PPONNGD e não desenvolveu projetos europeus cofinanciados pela linha de ED do CIDL, motivo pelo qual a sua participação em anos anteriores foi considerada de carácter excecional.

8. APOIAR - Associação Portuguesa de Apoio a África	--	--	--	--	X	--	--
9. ATLAS – People Like Us ³⁹	*	*	*	*	*	*	X
10. Cáritas Portuguesa	X	X	--	X	X	X	X
11. CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	X	X	X	X	X	X	X
12. FENIKS ⁴²	--	--	X	--	--	--	--
13. CPR - Conselho Português para os Refugiados	--	--	--	--	X	--	--
14. Equipa d'África (Associação)	--	--	--	--	--	--	--
15. FEC - Fundação Fé e Cooperação	X	X	X	X	X	X	X
16. Fundação Bomfim	--	--	--	--	X	--	--
17. Fundação Champagnat	--	--	--	--	--	--	--
18. Fundação Cidade de Lisboa	X	X	X	X	X	X	X
19. Fundação Gonçalo da Silveira	X	X	X	X	X	X	X
20. G.A.S. Porto - Grupo de Acção Social do Porto	X	X	X	X	X	X	X
21. Girl Move Portugal	--	--	--	--	--	--	--
22. Graal ³⁹	*	*	*	*	*	X	X
23. HELPO	--	--	--	--	--	--	--
24. ICE - Instituto das Comunidades Educativas ³⁹	*	*	*	*	*	*	X
25. IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	X	X	X	X	X	X	X
26. IPAV - Instituto Padre António Vieira	--	X	X	--	--	--	--
27. Meninos do Mundo	--	--	--	--	--	--	--
28. MONTE - Desenvolvimento Alentejo Central – ACE	--	X	X	X	X	X	X
29. Mundo a Sorrir - Associação de Médicos Dentistas Solidários	X	--	--	--	--	--	--
30. OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento	--	X	X	X	X	X	X
31. PAR - Respostas Sociais	X	X	X	X	X	--	X
32. Pista Mágica ³⁹	*	*	*	*	*	*	--
33. Rosto Solidário - Associação de Desenvolvimento Social e Humano	X	X	X	X	X	X	X
34. Saúde em Português	--	--	--	--	--	--	--
35. SOLSEF - Sol sem Fronteiras	X	X	X	X	X	--	--
36. URBÁFRICA/UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa	X	X	X	X	X	--	X
37. VIDA - Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano	X	X	X	X	X	X	X
38. WACT – We are changing together	X	X	X	X	X	--	--
Nº ONGD que responderam	19	20	24	20	24	18	21

Legenda:

* – a ESPA não tinha compromissos assumidos para o ano em questão

-- – a entidade não respondeu ao contacto

X – a entidade respondeu que não foram realizadas atividades

X – a entidade reportou os dados das suas atividades

⁴² Até 2019, a ONGD FENIKS foi denominada de Conceitos do Mundo.

○ Anexo 2

Termos de Referência do Relatório de Acompanhamento da ENED

1. Enquadramento

A 26 de novembro de 2009, foi publicado em Diário da República o documento de orientação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED 2010-2015), aprovado através de despacho conjunto do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e do Secretário de Estado Adjunto e da Educação. Esta estratégia foi o documento-chave que orientou a ação em ED, em Portugal nos últimos anos.

Entre 2010 e 2015, extensível a 2017, esteve em funcionamento o dispositivo de planeamento, acompanhamento e avaliação da ENED 2010-2015, muito louvado quer a nível nacional quer a nível internacional, que permitiu monitorizar a execução da ENED em Portugal. Dele resultou a elaboração de 7 Relatórios de Acompanhamento da ENED, a realização de um *Peer-Review* ao estado da arte da Educação para o Desenvolvimento (ED)/Educação Global em Portugal liderado pela *Global Education Network Europe* (GENE) e a concretização de uma Avaliação Externa da ENED que originou um Relatório Final.

Durante o ano de 2017, e no seguimento da Avaliação da ENED 2010-2015, decorreu o processo de elaboração do novo documento enquadrador da ED em Portugal, consubstanciado através de quatro oficinas, nas quais participaram organizações da sociedade civil e entidades públicas, para dar forma àquele que é o novo documento enquadrador da ED em Portugal. Surge, então, o novo documento de orientação, a ENED 2018-2022 e o seu Plano de Ação. Este último compreende 46 ações cujo seguimento incumbe a uma Comissão de Acompanhamento (CA) composta por 4 das 16 Entidades Subscritoras do Plano de Ação (ESPA), a saber: o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, a Direção-Geral da Educação (DGE), a Plataforma Portuguesa das ONGD e o CIDAC, como membro representante do GENE.

Nestas ações estão diretamente envolvidas as seguintes Instituições Públicas: Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Alto comissariado para as Migrações (ACM), Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, Comissão Nacional da UNESCO, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), Direção-Geral da Educação, Instituto Português do Desporto e da Juventude e a Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento – Associação de Municípios (RICD); e as seguintes Organizações da Sociedade Civil: Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação (ARIPSE) e suas associadas, Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (ANIMAR), Associação de Professores para a Educação Intercultural (APEDI), CIDAC – Centro

de Informação e Documentação Amílcar Cabral, Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA), Conselho Nacional da Juventude, a Plataforma Portuguesa das ONGD e suas associadas e a Plataforma Portuguesa dos Direitos das Mulheres. Serão ainda envolvidas outras instituições de ensino superior.

Fazem parte destas ações, nomeadamente das Medidas 4.1 e 4.2, a criação de um “Modelo institucional” e de um “Sistema de Acompanhamento”. A elaboração de Relatórios anuais de Acompanhamento ao PA da ENED, aos quais se referem os presentes Termos de Referência enquadram-se nestas medidas.

2. Objetivos

O principal objetivo do presente relatório é o de monitorizar a execução da ENED, vigente entre 2018-2022 em Portugal, no ano de 2022.

Este objetivo geral desdobra-se em diversos objetivos específicos:

- identificar as ações que estão a ser cobertas e as que não estão a ser cobertas pelas atividades em curso;
- reconhecer os principais atores que intervêm na área de ED em Portugal;
- identificar e caracterizar a dimensão das principais participações nas ações, nomeadamente quanto ao sexo;
- identificar as principais áreas geográficas onde se implementam as ações;
- identificar e caracterizar a dimensão institucional das principais ações;
- identificar os principais setores de atividades dos atores intervenientes;
- identificar as principais dimensões temporais das atividades em curso;
- identificar a dimensão da disseminação de recursos e conteúdos na área de ED;
- identificar as principais tipologias das ações;
- permitir obter uma perspetiva evolutiva da implementação da ENED 2018-2022 face aos seus anos subsequentes de implementação;
- refletir criticamente sobre os resultados, permitindo formular conclusões e recomendações.

Para além destes objetivos específicos que se pretendem alcançar, também se considera que o relatório anual é um passo importante para analisar o processo de planeamento, acompanhamento e monitorização da execução da ENED.

3. Metodologia

Os relatórios anuais são elaborados com base na recolha de informação conseguida junto da Comissão de Acompanhamento da ENED, junto das instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED e suas associadas.

Esta recolha de dados é realizada tendo por base o dispositivo de acompanhamento e avaliação elaborado para o efeito. A metodologia de recolha de dados do presente relatório procedeu-se através de um instrumento conceptualizado, elaborado e implementado de origem conforme as especificidades da ENED 2018-2022 e o seu Plano de Ação. Este instrumento de reporte de dados aloja-se na área reservada que por sua vez se integra na estrutura do *website* desenvolvido com o propósito de disseminar informação relativa à ED em Portugal.

Os contactos são feitos através do correio eletrónico e por via telefónica, após indicação da Comissão de Acompanhamento.

Os dados recolhidos são tratados estatisticamente de acordo com as linhas de análise definidas pela equipa de avaliação, em conjunto com a Comissão de Acompanhamento.

As sucessivas versões provisórias do relatório devem ser validadas pela Comissão de Acompanhamento e, posteriormente, pelas demais entidades subscritoras do Plano de Ação e por outros intervenientes na recolha de dados.

4. Conteúdo

O relatório anual tem a seguinte estrutura:

- Sumário Executivo – apresentação do enquadramento da elaboração do relatório; apresentação das entidades responsáveis pelo relatório e pela sua execução;
- Objetivos do relatório – apresentação dos objetivos do relatório;
- Metodologia – apresentação do processo de recolha dos dados; justificação das opções tomadas e das limitações do relatório;
- Cobertura dos objetivos, medidas e ações – apresentação do número de ações implementadas, para perceção do nível de cobertura da ENED; é ainda essencial ensaiar explicações para as ações inteiramente não cobertas; analisa-se ainda a caracterização das ações quanto à sua integração ou não em projeto;
- Apresentação de dados por objetivo e por dimensão – análise dos dados segundo as dimensões pré-definidas e os seus indicadores específicos – participação; territorial/geográfica; institucional; sexo; setor de atividade; temporal; disseminação e tipologia das ações;

- Conclusões – apresentação das conclusões agrupadas por objetivo; são tidas em conta a existência de efeitos indiretos e as aprendizagens com os processos;
- Anexos – apresentação dos quadros de recolha de dados e de outros documentos importantes; os presentes Termos de Referência também constam dos mesmos anexos.

5. Resultados esperados e cronograma

O cronograma será o seguinte:

- Recolha dos dados junto às instituições dinamizadoras de atividades da ENED, referidas anteriormente – durante todo o ano e até fevereiro do ano seguinte ao qual o relatório se refere;
- Tratamento de dados e elaboração dos gráficos – março e abril do ano seguinte ao qual o relatório se refere;
- Análise de dados e redação do Relatório de Acompanhamento ENED – maio e junho do ano seguinte ao qual o relatório se refere;
- Envio da primeira versão do relatório para aprovação pela Comissão de Acompanhamento – final de junho do ano seguinte ao qual o relatório se refere.

6. Responsável pela redação

A redação do relatório está a cargo do Secretariado constituído no âmbito do contrato-programa *“Apoio ao planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022 e capacitação das entidades subscritoras do respetivo Plano de Ação e das instituições de ensino superior envolvidas na sua implementação”*, celebrado entre o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua e o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, entre dezembro de 2018 e dezembro de 2023. Este contrato-programa envolve ainda o Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento (GEED) da Escola Superior de Educação (ESE) do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC).

7. Responsável pela aprovação e divulgação

A aprovação e divulgação do relatório são da competência da Comissão de Acompanhamento da ENED, constituída pelo CICL, pela DGE, pela Plataforma Portuguesa das ONGD e pelo CIDAC.

○ Anexo 3

Projetos de ED reportados

Entidade	Projeto de Educação para o Desenvolvimento
ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola	Vozes do Clima - Diálogo Global para a Ação Local
ADRA - Associação Adventista para o Desenvol., Recursos e Assistência	ED-Comunicar: do conhecimento à mobilização
	Expressões dArte e Desenvolvimento - Jovens Influencers Globais
AIDGLOBAL – Acção e Integração para o Desenvolvimento Global	Ecoality – Jovens e Autoridades Locais Juntos pela Justiça Climática e de Género
	Re:Thinking Global!
ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local	Capacitar para Agir em Rede
APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural	Educação para o Desenvolvimento: Migrações e Interculturalidade
	Uma Escola Livre de Discriminação Racial
ATLAS – People Like Us	Mexete
Cáritas Portuguesa	Cáritas na escola
Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.	Programa GENE - Global Education Network Europe
	Programa Ibero-Americano de Cidadania Global para o Desenvolvimento Sustentável (CGpDS)
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	CoESA
	Outras Economias
CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género	Interseções II: a Igualdade entre Mulheres e Homens e a Educação para o Desenvolvimento
CPADA - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente representada pela Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA)	KEYS (Knowledge exchange of Earth Charter initiatives for youth empowerment and sustainability)
	Rede Lusófona de Educação Ambiental
	XXX Jornadas Pedagógicas
Direção-Geral da Educação	Plano de Ação da Direção de Serviços de Projetos Educativos – Educação para a Cidadania
	Plano de Ação de Desenvolvimento Sustentável 2024
Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto do Instituto Politécnico da Guarda	Educação e Desenvolvimento: Cidadania e Igualdade de Género em Jovens
	Educação e Desenvolvimento: Cidadania e Igualdade de Género na Adolescência
	InterNetWorking Conference - Intercultural Week 2024 (INW24) (participação)
ESECS-IPL - Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria	Training and Institutional Support Contract TALENT Project
Escola Superior de Educação do Porto	Patrocínio Comunitário
	Associações populares de Abril no Porto
	Nas encruzilhadas da proteção internacional da pessoa humana, em Portugal: Contributos para a compreensão das diretrizes, ações e vivências de um turbulento processo (des)educativo

	Academia de Líderes Ubuntu – Exploração dos cinco Pilares do método Ubuntu
Escola Superior de Educação de Setúbal	Clube de Leitura Asa Delta: Leituras pela Liberdade
	IX Ciclo de Aulas Abertas Fala-me de Cultura
	Recriar-se
Escola Superior de Educação de Viana do Castelo	Co-Globe - Co-creating Global Belonging
	GET - Global Education Time
FEC - Fundação Fé e Cooperação	Coerência - o Eixo do Desenvolvimento
	Pequenos Passos - por um consumo consciente e sustentável, no combate às alterações climáticas
FGS - Fundação Gonçalo da Silveira	EDxperimentar: Laboratórios de Cidadania Global & Desenvolvimento em meio escolar
	Escolas Transformadoras: aprofundando o papel transformador do ensino superior através da integração da Educação para o Desenvolvimento e para a Cidadania Global na co-construção de conhecimento e no envolvimento das comunidades educativas
	Sinergias ED - Alargar e aprofundar as relações e aprendizagens colaborativas entre investigação e ação em ED
Fundação Cidade de Lisboa	Cidadania em jogo: tu decides!
	Intercâmbio pelos ODS
Graal - Associação de Carácter Social e Cultural	O Tempo EDas Crianças: processos de Educação para o Desenvolvimento em espaços de educação não formal
	Sem Sombras Jovens Igualdade e Outras Economias
ICE - Instituto das Comunidades Educativas	GPI - Grandes e Pequenos em interação
	Intercâmbio e partilha de experiências para a inovação pedagógica e educação inclusiva e intercultural
	Formação, intercâmbio e partilha de experiências em torno da articulação entre educação escolar e contextos educativos não formal e informal
	Quinta da Educação e Ambiente
	Voz das crianças: assembleias na educação
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Campanha tOD@S
OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento	Desafios do Mundo
	Pods dar voz às tua causas
PAR – Respostas Sociais	Peer Voices - Shaking Structures for Equality
PPONGD - Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento	Contrato Programa entre Plataforma Portuguesa das ONGD e Camões, Instituto da Cooperação e da Língua I.P.
Rosto Solidário	GamEUfying
	Intercâmbio "The Exodus for Peace & Human Rights"
	Intercâmbio "Earths Call"
	Intercâmbio "Green Goals"
	Living Rivers
	Parcerias Locais para a EDCG: Reforçar o papel dos Municípios e de outros atores locais na implementação da ENED
	SEAC - Schools Against Climate Change

	Stairway to SDG 3.0
	Time2Act
	YouLeaders - Youth Community Leaders in rural areas of South Western Europe
URBÁFRICA/UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa	A importância da escola pública/ A semana da Liberdade
	A SUL, rede educativa

○ Anexo 4

Dados relativos aos projetos aprovados na fase de candidatura de 2024, na linha de financiamento do CICL para projetos de ED⁴³

ONGD	Projeto de Educação para o Desenvolvimento
AIDGLOBAL – Acção e Integração para o Desenvolvimento Global	Ecoality: Jovens e Autoridades Locais juntos pela Justiça Climática e de Género
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral	Outras Economias, Outros sentidos
Clube de Lisboa	Desafios Globais para um Desenvolvimento Global
FEC - Fundação Fé e Cooperação	Coerência – O Eixo do Desenvolvimento
	Volta atrás! - Repensar o Consumo, pelas Pessoas e pelo Planeta
FGS - Fundação Gonçalo da Silveira	EDxperimentar: Laboratórios Pedagógicos de Cidadania Global & Desenvolvimento em meio escolar (2022-2025)
	Escola InterGlobal: uma escola para o mundo e o mundo inteiro na escola
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr	Jovens 2030 - Mobilizar para agir. Da proteção dos solos à promoção da Cidadania Global
	People & Planet – A Common Destiny: Campanha pan-europeia sobre a escassez de água potável, mobilizando os jovens europeus a agirem
	TOD@S pela Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Global
OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento	Desafios do Mundo: cadernos pedagógicos
	O Oceano que nos une

⁴³ Fonte: https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao2/Resultados_ED_2024.pdf